

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO PROFISSIONAL

DANISE TATIANE RECK ARNOUD

**PROTEÇÃO INTEGRAL À INFÂNCIA: INTERSETORIALIDADE, UM
DESAFIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS**

São Borja - RS
2025

DANISE TATIANE RECK ARNOUD

**PROTEÇÃO INTEGRAL À INFÂNCIA: INTERSETORIALIDADE, UM
DESAFIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – Mestrado Profissional da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientadora: Profª Drª Solange Emilene Berwig.

São Borja - RS

2025

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

A475p Arnoud, Danise Tatiane Reck
Proteção Integral à Infância: intersectorialidade, um
desafio às políticas públicas / Danise Tatiane Reck Arnoud.
88 p.

Dissertação (Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa,
MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, 2025.
"Orientação: Solange Emilene Berwig".

1. Proteção . 2. Políticas públicas. 3. Infância. I.
Título.

DANISE TATIANE RECK ARNOUD

PROTEÇÃO INTEGRAL À INFÂNCIA: intersectorialidade, um desafio às políticas públicas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Políticas Públicas.

Dissertação defendida e aprovada em: 02 de julho de 2025.

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Solange Emilene Berwig
Orientadora
Universidade Federal do Pampa (Unipampa)

Prof. Dr. Edegar Rotta
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Prof. Dr. Muriel Pinto
Universidade Federal do Pampa (Unipampa)



Assinado eletronicamente por **SOLANGE EMILENE BERWIG, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 07/07/2025, às 13:54, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Edemar Rotta, Usuário Externo**, em 08/07/2025, às 09:54, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **MURIEL PINTO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 14/07/2025, às 08:44, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1777228** e o código CRC **CAE425B3**.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a mim mesma.
Que mesmo com medo, nunca desistiu.
Que enfrentou as dificuldades, os desafios, os dias de dúvida e os momentos de cansaço, mas seguiu em frente.
Àquela que acreditou que o conhecimento é o caminho, que estudar é um ato de coragem, e que sonhar é o primeiro passo para transformar a realidade.
Dedico a mim, por não ter abandonado meus sonhos e por lutar incansavelmente, por uma vida melhor não só para mim, mas para minha família.
Porque acredito, com todo o meu coração, que é o conhecimento que nos torna melhores, mais fortes e, acima de tudo, mais humanos.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço ao meu parceiro Felipe, por estar ao meu lado em cada passo desta jornada. Obrigada por sempre me incentivar, apoiar, acreditar em mim quando nem eu mais conseguia. Por todas as horas na estrada, por me acompanhar até São Borja e esperar o término das aulas quando eu estava cansada demais ou insegura para viajar sozinha. Por cada dia de descanso e lazer que abdicamos em nome deste sonho. Sem ti, este caminho teria sido muito mais pesado. Obrigada por ser meu porto seguro, por estar comigo em cada sonho. Este resultado também é teu!

À minha família , irmãos, sobrinhos, tios, tias, primos e primas, e aos amigos, pela paciência e compreensão diante dos finais de semana que, por um tempo, deixaram de ser de convivência para se tornarem momentos de estudo. Mas especialmente, à minha mãe: que também me acompanhou até São Borja em algumas ocasiões, que preparava os lanches para as viagens e que sempre me incentivou a buscar aquilo que me fizesse feliz. Foi com ela que aprendi a ser forte e a lutar pelos meus objetivos. Mãe, te dedico esta conquista como forma de expressar toda minha gratidão e orgulho por tudo que já fez por nós.

Aos meus colegas de trabalho, que tornaram esta missão possível, que compreenderam meu cansaço, me apoiaram e cuidaram com tanto carinho dos meus pequenos na minha ausência, meu muito obrigada. Aos meus alunos, que me fazem enxergar a vida de forma mais pura e sensível, este estudo nasceu do desejo profundo de contribuir para um mundo mais justo, onde a infância seja vivida com segurança, cuidado e alegria. A prof ama e acolhe cada um de vocês com muito carinho. Obrigada por me ensinarem a ser uma pessoa melhor todos os dias. Esta conquista também é para vocês.

Aos meus professores, que com suas formas únicas de ensinar nos marcaram com grandes lições, minha gratidão. Em especial, à professora Solange, por me acolher com tanta generosidade, por me apresentar o universo das políticas públicas com paixão, e por tornar este caminho mais leve e encantador. Obrigada por ouvir e considerar minhas ideias, por estar sempre pronta para dizer “vamos lá, Dani”. Tua escuta e humanidade fizeram toda a diferença.

Aos amigos que fiz neste percurso, que foram essenciais para minha adaptação em São Borja, que sempre me acolheram com carinho e se preocupavam em saber se cheguei bem após cada viagem — obrigada de coração. Às minhas queridas colegas e amigas Daniela e Liara, o meu trio preferido, levarei vocês comigo para sempre. À nossa turma maravilhosa, formada por pessoas incríveis e com trajetórias inspiradoras, vocês deixaram marcas lindas neste caminho. Aos funcionários do R.U, da portaria e de tantos outros espaços da Unipampa, obrigada pela acolhida calorosa e pelo carinho de sempre.

Enfim, a todos e todas que, de alguma forma, fizeram e fazem parte desta trajetória, deixo aqui registrada a minha imensa gratidão. Esta conquista é coletiva e carrega um pedaço de cada um que esteve comigo neste caminho.

EPÍGRAFE

O que é proteger uma criança?

Cuidar da criança é não deixar que nada de mal aconteça com ela. (O.I.D.S)

O adulto tem que proteger a criança, cuidar e dar amor. (A.S.N)

Levar a criança para a escola. (M.O.G)

Respostas dos alunos da Educação Infantil - Nível B, da E.M.E.B Waldemar Borges, na turma
que a mestrandia atua profissionalmente em Alegrete/RS.

RESUMO

O trabalho de desenvolvimento da investigação se debruça a responder o seguinte problema de pesquisa: Em que medida as políticas da assistência social, saúde e educação infantil têm se articulado para proteção integral da infância no município de Alegrete? Este estudo parte do trabalho de uma professora de educação infantil no município de Alegrete-RS, em um contexto de vulnerabilidade das crianças atendidas pela rede escolar. A pesquisa investigou como as políticas públicas de proteção à infância se aplicam, destacando a intersetorialidade das áreas de educação infantil, saúde e assistência social. O objetivo que norteou o estudo buscou analisar como as políticas públicas de assistência social, saúde e de educação infantil se articulam para a promoção da proteção integral à infância das crianças entre 4 e 6 anos, matriculadas na rede municipal da cidade de Alegrete-RS, a fim de contribuir para o fortalecimento da rede de proteção e à garantia dos direitos da infância. Para dar conta do proposto foi executada uma pesquisa de natureza qualitativa, descritiva e exploratória. A pesquisa realizada abrangeu 6 instituições escolares, 3 Unidades Básicas de Saúde e 3 centros de saúde mental, além de serviços de assistência social. A amostra, intencional e não probabilística, focou em instituições que atendem crianças de 4 a 6 anos na zona extremo leste de Alegrete. A coleta de dados foi realizada por meio de questionário via formulário google forms, e a análise foi feita pela metodologia de análise de conteúdo, que permitiu descrever e interpretar a realidade através de informações qualitativa e quantitativa. Os resultados encontrados revelam lacunas nos serviços prestados, insuficiências na prestação dos serviços previstos. Além da organização incipiente das políticas pesquisadas, a ausência de mecanismos de articulação entre os serviços e suas equipes são fatores que afetam as capacidades institucionais para consolidação da proteção integral à infância. Os achados da pesquisa contribuem para refletir as condições para proteção das crianças atendidas no território pesquisado, e subsidiam uma estratégia de intervenção que possa potencializar, em alguma medida, a dinâmica do trabalho intersetorial. Ainda, apresenta-se uma proposta de oficina, como estratégia metodológica a fim de contribuir na realidade pesquisada e articular os atores envolvidos, compreendendo sua importância para a proteção social das crianças, especialmente as mais vulneráveis.

Palavras-Chave: Intersetorialidade; Políticas públicas; Proteção; Infância.

ABSTRACT

The research work aims to address the following research question: To what extent have social assistance, healthcare, and early childhood education policies been coordinated to ensure the comprehensive protection of childhood in the municipality of Alegrete? This study stems from the work of a preschool teacher in Alegrete-RS, within a context of vulnerability among children served by the public school system. The research investigated how public policies for child protection are applied, highlighting the intersectorality of early childhood education, healthcare, and social assistance sectors. The study's main objective was to analyze how public policies in these areas are articulated to promote the comprehensive protection of children aged 4 to 6 enrolled in municipal schools in Alegrete-RS, with the aim of contributing to strengthening the protection network and guaranteeing children's rights. To achieve this goal, a qualitative, descriptive, and exploratory study was carried out. The research included 6 schools, 3 Basic Health Units, and 3 mental health centers, as well as social assistance services. The sample was intentional and non-probabilistic, focusing on institutions serving children aged 4 to 6 in the far eastern zone of Alegrete. Data collection was conducted using a questionnaire via Google Forms, and the analysis followed content analysis methodology, which allowed for a qualitative and quantitative interpretation and description of the reality. The findings reveal gaps in the services provided and shortcomings in the delivery of planned services. In addition to the incipient organization of the studied policies, the absence of coordination mechanisms between services and their teams weakens institutional capacities for consolidating comprehensive child protection. The research findings contribute to reflecting on the conditions for protecting children in the studied territory and support the development of an intervention strategy that may enhance, to some extent, the dynamics of intersectoral work. Additionally, a workshop proposal is presented as a methodological strategy to contribute to the local context and engage the involved actors, recognizing their importance in the social protection of children, especially the most vulnerable.

Keywords: Intersectorality; Public policies; Protection; Childhood.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Alunos da rede pública de Alegrete-RS.....	25
Figura 2 – Respostas sobre trabalho em rede.....	37
Figura 3 – Respostas sobre encaminhamentos em rede.....	39
Figura 4 – Devolutivas de encaminhamentos.....	40
Figura 5 – Realidade familiar.....	41
Figura 6 – Instituições que compõem a rede de proteção à infância do município de Alegrete/RS 2024.....	47
Figura 7 – Situação de risco e vulnerabilidade	50
Figura 8 – Família negligenciada	51
Figura 9 – Previsão e execução de serviços.	54
Figura 10 - Demandas de proteção e pobreza	56
Figura 11 - Previsão de serviços	57
Figura 12 - Infraestrutura	58
Figura 13 - Intersetorialidade	59
Figura 14 - Demandas de proteção	61
Figura 15 - Demandas de proteção e vulnerabilidade	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CADÚNICO	Cadastro Único
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CAPS AD	Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
CAPSI	Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil
CAPS II	Centros de Atenção Psicossocial
DISQUE 100	Disque Direitos Humanos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ESF	Estratégia Saúde da Família
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INAN	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MEC	Ministério da Educação
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PPGPP	Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas
UBS	Unidade Básica de Saúde
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SGD	Sistema de Garantia de Direitos
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.2 Proteção Integral à infância: direitos e políticas públicas	21
2.3 Intersetorialidade nas Políticas Públicas: perspectivas de articulação	27
2.3.1 Unindo forças: a Intersetorialidade das Políticas Públicas para Proteção Integral à Infância	28
3. ANÁLISE DOS DADOS Á LUZ DA INTERSETORIALIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA REGIÃO EXTREMO LESTE EM ALEGRETE.....	32
3.1 Principais demandas para a proteção da infância em Alegrete	32
3.2 Território e Políticas Públicas: Desafios e Impactos na Proteção da Infância	44
3.3 Intersetorialidade na proteção da infância em Alegrete: desafios e condições para uma atuação integrada.....	58
4 CONCLUSÃO	68
REFERÊNCIAS	71
APÊNDICE A	74
Modelo de roteiro para levantamento nos serviços visitados	74
APÊNDICE B	75
Modelo de questionário de avaliação de serviços (aplicado pelo google forms)	75
APÊNDICE C	78
Modelo de termo de consentimento livre e esclarecido.....	78
APÊNDICE D	80
Produto Técnico.....	80
APÊNDICE E	85
ROTEIRO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO	85

1. INTRODUÇÃO

Este estudo investigou o contexto da proteção às crianças de 4 a 6 anos matriculadas na educação infantil da rede municipal de ensino de Alegrete/RS, onde a situação de vulnerabilidade enfrentada por essas crianças expõe desafios diários. A ausência de cuidados adequados, negligência, situações de risco e a limitação de proteção, tanto no ambiente familiar quanto nas redes de apoio, permeiam a rotina escolar, impulsionando a necessidade de refletir sobre a efetividade das políticas públicas para a proteção integral da infância.

A percepção limitada de proteção integral, frequentemente associada apenas à pobreza e à falta de recursos financeiros, ignora outras vulnerabilidades sociais que afetam a infância, objeto central deste estudo. Amparada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que assegura os direitos fundamentais de todas as crianças e adolescentes, esta investigação destaca a importância de um desenvolvimento integral, considerando aspectos físicos, mentais, morais, espirituais e sociais. No entanto, apesar dos avanços legislativos e de políticas públicas, dados recentes, como os mais de 17,5 mil casos de violações sexuais contra crianças e adolescentes nos primeiros meses de 2023 (Brasil, 2023) evidenciam a necessidade de ações mais eficazes.

A intersetorialidade das políticas públicas, envolvendo áreas como educação, saúde e assistência social, emergiu neste estudo como um elemento essencial para enfrentar essas vulnerabilidades de forma integrada. Inserido na linha de pesquisa Configurações Institucionais e Dinâmicas Sociais em Área de Fronteira do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa, este estudo buscou analisar como essa articulação entre diferentes áreas pode ser aplicada ao contexto do município de Alegrete/RS. A pesquisa foi motivada pela trajetória profissional da autora, cujas experiências no campo da educação infantil revelaram importantes inquietações sobre a implementação das políticas de proteção à infância.

Metodologicamente a pesquisa aplicada é de natureza qualitativa, descritiva e exploratória, com o objetivo de compreender as ações voltadas à proteção integral da infância no município de Alegrete, especialmente em relação às crianças mais vulneráveis. A abordagem qualitativa busca descrever o fenômeno em estudo com

base nas características e subjetividades dos envolvidos, considerando motivações, crenças, valores e atitudes que não podem ser quantificados (Minayo, 2014).

Em seu aspecto descritivo, a pesquisa observa e documenta características de uma população específica, como faixa etária, sexo, escolaridade e acesso a serviços de saúde, assistência social e educação infantil, (Gil, 2002). Já a natureza exploratória da pesquisa contribuiu para ampliação do entendimento sobre o tema, por meio de revisões bibliográficas, e análise de exemplos práticos (Gil, 2002). Essa abordagem flexível permitiu à pesquisadora explorar múltiplos aspectos relacionados ao problema estudado.

O trabalho de desenvolvimento da investigação se debruça a responder o seguinte problema de pesquisa: Em que medida as políticas da assistência social, saúde e educação infantil têm se articulado para proteção integral da infância no município de Alegrete?

A fim de contribuir para o processo de aproximação ao objeto de estudo, visando responder ao problema de pesquisa, desdobra-se a discussão central em eixos menores a seguir indicados pelas questões norteadoras: a) Quais são os serviços ofertados pelas políticas de assistência social, saúde e educação infantil que atendem à faixa etária dos 4 aos 6 anos de idade no município de Alegrete? b) Existe trabalho intersetorial voltado à atenção à infância entre a assistência social, saúde e educação infantil? c) Quais são as principais demandas atendidas no âmbito da assistência social, saúde e educação infantil no município de Alegrete-RS?

De posse do problema, definiu-se o objetivo geral e os específicos que dão origem às reflexões nesta dissertação. Objetivo geral - Analisar como as políticas públicas de assistência social, saúde e de educação infantil se articulam para a promoção da proteção integral à infância das crianças entre 4 e 6 anos, matriculadas na rede municipal da cidade de Alegrete-RS, a fim de contribuir para o fortalecimento da rede de proteção e à garantia dos direitos da infância.

Os objetivos específicos que contribuem para o estudo são:

- Levantar as principais demandas relacionadas a riscos e privações sociais enfrentadas na área da assistência social, saúde e educação infantil.
- Mapear os serviços de atenção para crianças de 4 a 6 anos de idade nas políticas de assistência social, saúde e educação infantil no município de Alegrete – de maneira sistematizada e individualizada.

- Averiguar a intersectorialidade existente entre a assistência social, saúde e educação infantil, do município de Alegrete-RS no que se refere à atenção à infância;
- Construir indicadores sobre a proteção social à infância no município de Alegrete-RS;

Para a coleta de dados, a pesquisa de campo foi utilizada, com o objetivo de obter informações detalhadas sobre o problema em questão. As técnicas de coleta incluíram: a) visita às instituições e observação; b) mapeamento da rede de serviços no município de Alegrete; e, c) aplicação de questionários do *google forms*, com o intuito de aprofundar o conhecimento sobre a realidade das crianças atendidas e os serviços disponíveis (Lakatos, 2003).

A análise de dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme proposto por Moraes (1999). Essa metodologia permite a descrição e interpretação de textos e documentos, favorecendo uma nova compreensão dos mesmos, seja de forma qualitativa ou quantitativa. O processo iniciou-se com a preparação das informações, identificando amostras coerentes com os objetivos da pesquisa. Em seguida, ocorre a unitarização, que consiste em uma leitura cuidadosa para a criação de unidades de análise que organizem e interpretem os dados de forma clara. Por consequência da metodologia, foi realizada a categorização, onde os dados são agrupados de acordo com aspectos em comum, independentemente de serem definidos previamente. Após a categorização, os resultados foram descritos e interpretados, buscando uma compreensão mais profunda dos sinais e significados implícitos nos dados.

Com base em questionário online, espera-se elaborar um diagnóstico, para identificar lacunas nos serviços de assistência social, saúde e educação infantil, visando fortalecer políticas públicas intersectoriais e promover a proteção integral da infância.

Além disso, foram seguidos os princípios éticos estabelecidos pela Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, garantindo a integridade dos dados e a proteção dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Os resultados esperados incluem a construção de um diagnóstico que identifique lacunas nos serviços prestados pelas áreas de assistência social, saúde e educação infantil, visando fortalecer as políticas públicas de maneira intersectorial e assegurar a proteção integral da infância, considerando os aspectos físicos, psíquicos e sociais das crianças. Assim como, uma

oficina de educação permanente sobre a intersetorialidade e políticas públicas. A proposta pretende dialogar e integrar encontro de formação na rede de proteção junto a Assistência Social, Saúde e Educação Infantil a fim de que, ambos os setores possam refletir juntos sobre suas demandas e potencialidades com intuito de proteger a faixa etária deste estudo, crianças entre 4 e 6 anos de idade, no município de Alegrete/RS. Esta proposta poderá ser executada pelo projeto de extensão “FronteiraSUAS: Educação Permanente em Extensão”, do qual a mestranda faz parte pelo Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas (PPGPP), que é coordenado pela Professora Solange Emilene Berwig, também, orientadora deste estudo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Políticas públicas: perspectivas teóricas e desafios de implementação

Este estudo abordou três políticas públicas voltadas para a infância como público-alvo e como foco de proteção: às políticas de Assistência Social, Saúde e Educação Infantil. No entanto, percebe-se que há muitos conceitos diferentes e até mesmo certo desconhecimento, tanto por parte dos usuários quanto pela população em geral, sobre o que constitui uma política pública.

Para Secchi (2016), a política pública é o meio ou mecanismo para resolução de um problema público. Saravia e Ferrarezi (2006) acreditam que se trata de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade.

Celina Souza (1996), em sua revisão de literatura, aborda alguns conceitos relacionados à política pública, Mead (1995) define política pública como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas; já Lynn (1980) a considera como um conjunto de ações do governo que visa produzir efeitos específicos. De maneira similar, Peters (1986) afirma que política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou por meio de delegação, influenciando a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza política pública como "o que o governo escolhe fazer ou não fazer". A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, que entende política pública como decisões e análises voltadas para responder "quem ganha o quê, por quê e que diferença faz". Souza (1996) também menciona Bachrach e Baratz (1962), que argumentam que a inação diante de um problema pode ser considerada uma forma de política pública.

Reconhecendo os amplos conceitos de política pública, este estudo adota a definição de Leonardo Secchi (2016), que considera a política pública como um meio ou mecanismo para a resolução de problemas públicos. Essa definição destaca as políticas públicas como instrumentos estratégicos para enfrentar desafios sociais, sendo especialmente relevante no contexto da proteção integral à infância. Ao adotar esse enfoque, busca-se não apenas compreender os mecanismos existentes, mas também identificar lacunas e propor melhorias que contribuam para a efetividade das ações voltadas a garantir os direitos e o bem-estar das crianças.

À vista disso, podemos observar que as políticas públicas revelam os problemas públicos que atingem uma população expressiva, como é o caso da proteção integral à infância. Números alarmantes foram registrados através do Disque

denúncia, Disque 100 (Disque Direitos Humanos), nos quatro primeiros meses de 2023 no Brasil. Mais de 17,5 mil violações sexuais contra crianças e adolescentes foram registradas neste período. Estes dados além de revelarem muitos crimes, nos mostram a fragilidade das relações familiares, assim como devem trazer a tona e dar visibilidade às denúncias que são fundamentais na efetivação da proteção à infância, através das políticas públicas que se destinam a este público.

Sendo que as políticas públicas são uma importante ferramenta que os governos dispõem a seu favor para estabelecer suas prioridades e questões relacionadas à qualidade de vida de seus cidadãos. Destaca-se a importância do fortalecimento e avaliação das políticas públicas já existentes na efetivação da garantia de direitos deste público (Secchi, 2014).

As políticas públicas podem gerar um grande impacto social, pois se bem implementadas conseguem influenciar de maneira assertiva as questões relacionadas aos mais diversos problemas públicos, considerando ainda a importância de seus atores na construção e implementação das mesmas.

As políticas públicas na área da educação consistem em planos ou ações desenvolvidas no âmbito do governo. Elas contribuem para a efetivação dos direitos consagrados na Constituição Federal, tendo como um de seus objetivos a implementação de medidas para garantir o acesso à educação para todos os cidadãos. Elas contêm equipamentos para garantir educação para todos, bem como equipamentos para avaliar e ajudar a melhorar a qualidade da educação no país.

A partir dessa definição de políticas públicas de educação, é necessário avaliar criticamente em que medida essas políticas estão sendo implementadas, ou seja, se estão de fato concretizadas, no que diz respeito ao direito à educação. A responsabilidade pela implementação da política pública de educação é do Ministério da Educação (MEC), secretarias estaduais e municipais de educação. O principal instrumento de salvaguarda da educação no país é a LDB 9.394/96, promulgada em 1996, que rege todo o sistema educacional brasileiro.

Quando as pessoas falam sobre política de saúde pública, assistência social ou igualdade de oportunidades, a primeira coisa que geralmente vem à mente é o acesso à saúde para todos. Mas o assunto é muito mais amplo. Outras questões fundamentais necessárias à dignidade humana, como moradia, emprego, educação e lazer, estão diretamente relacionadas a esse tema. Vale lembrar que uma vida feliz e saudável inclui saúde mental. Depende de ter o mínimo de estrutura para viver

normalmente. A política de assistência social, nesse contexto, é um instrumento essencial para a promoção da equidade e da justiça social. Ela busca assegurar a proteção de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social, promovendo a inclusão e o fortalecimento dos direitos básicos. No Brasil, essa política é regida pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e implementada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com ações articuladas entre os governos municipais, estaduais e federal.

Além disso, a educação e o acesso à informação podem ajudar a difundir o conhecimento sobre os benefícios da alimentação saudável. Nisso estão incluídos a importância da higiene e dos hábitos de proteção sexual para evitar a contaminação por certas doenças, os malefícios dos medicamentos no organismo, entre outros, neste contexto a escola pode ser uma aliada na distribuição de tais informações e construção de novos hábitos.

A parte do lazer inclui também a oportunidade de todos praticarem atividade física regular, fundamental para a melhoria da qualidade de vida. A política de saúde pública é implementada pelos diversos órgãos, departamentos e entidades que compõem o governo. Eles estão presentes nos níveis municipal, estadual e federal. Todos são regidos pelo Ministério da Saúde.

Assim sendo, a proteção social é fundamental no que se refere a políticas e programas que visam proteger os indivíduos e as famílias contra riscos e vulnerabilidades, como pobreza, desemprego, doenças, incapacidade e outros eventos que possam prejudicar o bem-estar e a segurança econômica destes indivíduos.

2.2 Proteção Integral à infância: direitos e políticas públicas

A Proteção Integral está prevista na lei 8.069 do (ECA), e garante no seu artigo 3º:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (Brasil, 1990.*online*).

A partir dessa lei, observa-se uma intenção clara de valorizar o indivíduo como ser social integral, promovendo seu pleno desenvolvimento nas condições e atribuições sociais. Diversas medidas foram discutidas e implementadas para garantir a esses cidadãos acesso digno aos serviços e condições necessárias. Contudo, essa prática ainda necessita de plena efetividade, e a proteção integral deve ser um direito garantido a todos, visando prevenir o aumento das desigualdades sociais.

Apesar dos avanços no campo da proteção social, persiste uma constante desinformação sobre o conceito de proteção integral, que muitas vezes é erroneamente associado apenas à pobreza e à falta de recursos financeiros. Isso desconsidera indivíduos em situação de vulnerabilidade social, cujas necessidades vão além de questões econômicas, incluindo falta de acesso à saúde e saúde mental, fragilidade nos laços familiares, uso de drogas, violações de direitos, e até mesmo privação de acesso ao conhecimento, lazer e saneamento básico.

Segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o conceito de proteção social compreende ações, atenções, benefícios e cuidados a fim de reduzir e prevenir a vulnerabilidade social, os riscos e as fragilidades que muitas famílias estão expostas devido a condições de desigualdade, pobreza e vínculos familiares desgastados por estas trajetórias. Ainda que nas últimas décadas tenham ocorrido diversos avanços, o cenário nacional até então continua apresentando aspectos alarmantes que estão vinculados principalmente ao ciclo vicioso da pobreza e pela desigualdade de oportunidades (Barros et al., 2010).

Porém, a partir da redemocratização, uma série de iniciativas federais foram criadas e estabeleceram diretrizes para assegurar proteção, educação e saúde às crianças. A Constituição Federal, por exemplo, em seu Art. 227, determina:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988, *online*).

Dentre os documentos fundamentais, que estabelecem os direitos das crianças, está o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que foi criado em 1990

com o objetivo de proteção legal para crianças e adolescentes. Em seu Art. 4º, o ECA prevê,

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (Brasil, 1990, *online*).

Outro importante marco legal foi a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1996. A LDB estabelece as diretrizes fundamentais da educação nacional, tendo importância fundamental no contexto da educação infantil, ao estabelecer a educação infantil como parte da educação básica, sendo uma responsabilidade do estado a garantia de acesso à criança de 0 a 5 anos (Brasil, 1996).

No âmbito da assistência social, conforme previsto na Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004):

Os serviços de proteção básica são ofertados a fim de fortalecer os vínculos familiares desde o início da vida dos indivíduos - “serviços para crianças de 0 a 6 anos, que visem o fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças”. (Brasil, 2004, p. 37).

Entretanto não somente a área da educação e saúde perceberam este público como detentor de direitos. A assistência social no âmbito da seguridade social, em sua Lei Orgânica (LOAS/1993) estabeleceu mudanças reconhecendo e incluindo este público como detentor de direitos sociais e condições dignas de vida. Neste processo surgiram inquietações relacionadas às políticas envolvidas nestes desdobramentos, tanto a política de educação infantil, saúde e a política nacional da assistência social são políticas públicas sociais, que visam garantir a oferta de bens e serviços básicos a toda população, dentre eles a infância.

Esses avanços legais, ao priorizarem a infância como fase crucial para o desenvolvimento humano, reforçam a importância de uma abordagem intersetorial e coordenada nas políticas públicas, a fim de garantir o bem-estar e o desenvolvimento pleno de todas as crianças de forma efetiva.

A realidade vivenciada por muitas crianças em nosso país revela desafios significativos. A desestrutura familiar, o uso de álcool e drogas durante e após a

gestação têm contribuído para um aumento de casos que demandam intervenções individuais e direcionadas. Nesse contexto, o ingresso na escola desempenha um papel essencial, permitindo a identificação precoce de condições que possam comprometer a aprendizagem e o desenvolvimento social das crianças.

Além disso, fatores como a baixa escolaridade dos responsáveis e a falta de acesso a uma educação de qualidade impactam diretamente na valorização do ambiente escolar. A frequência das crianças à escola também é prejudicada por condições climáticas adversas, como chuva, frio intenso ou calor extremo, especialmente em regiões onde a infraestrutura é precária.

No local deste estudo, situado na zona extremo leste da cidade de Alegrete/RS, muitas famílias vivem em áreas de ocupação irregular, enfrentando a ausência de serviços básicos como acesso à água potável, saneamento básico e ruas pavimentadas. Essa realidade agrava as dificuldades já existentes, criando barreiras adicionais ao desenvolvimento educacional e social das crianças.

A imagem a seguir retrata o cotidiano da realidade escolar. A foto foi capturada em sala de aula pela autora deste estudo, durante um dia de trabalho, após a ausência da criança na escola por mais de uma semana devido às instabilidades climáticas.

Figura 1 – Alunos da rede pública de Alegrete-RS.



Fonte: Acervo pessoal (2024).

Obs.: Imagem capturada pela autora em 9 de outubro de 2024.

A imagem revela uma cena silenciosa, mas poderosa: o barro nos pés não é apenas sujeira; é uma metáfora das barreiras que a desigualdade social impõe desde a infância. Enquanto algumas crianças têm acesso fácil e seguro ao ambiente escolar, outras precisam enfrentar caminhos difíceis, muitas vezes sem transporte adequado, expostas ao clima e a condições precárias.

A expansão da educação infantil, ou as melhores taxas de cobertura de educação infantil, em si não constituem bons indicadores de desenvolvimento, sejam socioeconômicos e educacionais. Para que isso ocorra é necessário qualificar o índice de cobertura: se atende à população de crianças na faixa etária prevista com professores qualificados para a função. Nesse sentido, a expansão da educação infantil não significa obrigatoriamente um processo de democratização da educação, mas pode significar uma realocação, no sistema educacional, de segmentos excluídos. (Rosemberg, 1999, p. 30)

Esse contraste explícito denuncia os efeitos persistentes de uma sociedade desigual, onde nem todos partem do mesmo ponto na busca pelo conhecimento e por um futuro digno.

Essa realidade nos leva a refletir sobre os preâmbulos da desigualdade: a ausência de políticas públicas eficazes, a falta de infraestrutura básica e a negligência histórica com regiões periféricas. O direito à educação, embora garantido por lei, é constantemente ameaçado por fatores que vão além das paredes escolares — começa no caminho para a escola e se perpetua na sala de aula, onde condições sociais desiguais influenciam diretamente o aprendizado e o desenvolvimento.

A imagem 01 revela outro dado importante e frequentemente negligenciado, embora o zoneamento escolar seja um fator essencial para garantir a matrícula escolar, a maioria dos estudantes desta escola E.M.E.B Waldemar Borges, situada no bairro Favila, não residem neste bairro. Eles vêm de outras regiões, que possuem escolas em seus próprios zoneamentos buscando não apenas uma melhor qualidade de ensino, mas também uma forma de proteção. Essa escolha é motivada pelas tensões e conflitos presentes em suas comunidades de origem, frequentemente decorrentes de rixas familiares e da presença do tráfico de drogas.

Essa realidade evidencia que, apesar dos avanços legislativos e institucionais, desafios significativos ainda persistem, como a desigualdade social, a violência infantil, o trabalho precoce e a dificuldade de acesso a serviços básicos em regiões vulneráveis. Superar essas barreiras exige um compromisso coletivo, envolvendo governos, organizações da sociedade civil e comunidades, para assegurar que nenhuma criança seja deixada para trás. A proteção integral à infância não é apenas um direito das crianças, mas também um investimento no futuro de uma sociedade mais justa, solidária e desenvolvida.

2.3 Intersectorialidade nas Políticas Públicas: perspectivas de articulação

A articulação entre diferentes áreas, tem ganhado força nos últimos anos por tornar viável a execução de diferentes tarefas.

A qualidade de vida demanda uma visão integrada dos problemas sociais. A gestão intersetorial surge como uma nova possibilidade para resolver esses problemas que incidem sobre uma população que ocupa determinado território. Essa é uma perspectiva importante porque aponta uma visão integrada dos problemas sociais e de suas soluções. Com isso busca-se otimizar os recursos escassos procurando soluções integradas, pois a complexidade da realidade social exige um olhar que não se esgota no âmbito de uma única política social (Junqueira, 1999, p. 27).

A intersectorialidade se configura como uma estratégia essencial para a gestão pública, buscando articular e coordenar políticas em diferentes níveis e setores governamentais. Segundo Carla Bronzo (2010), essa abordagem é crucial para enfrentar a pobreza e compreender as condições que a produzem e reproduzem socialmente. Ao promover uma visão mais abrangente, a intersectorialidade permite que as políticas se conectem de maneira mais eficaz, respondendo às necessidades complexas da população.

Nesse sentido, Cavalcanti, Batista e Silva (2013) ressaltam que a intersectorialidade deve se manifestar por meio do desenvolvimento de ações conjuntas voltadas para a proteção social, inclusão e o enfrentamento das diversas expressões da questão social. Ao implementar ações integradas, é possível superar a fragmentação da atenção às necessidades sociais, criando um sistema mais coeso que articule diferentes setores em torno de objetivos comuns. Dessa forma, a intersectorialidade não é apenas uma estratégia, mas um princípio fundamental para a construção de redes municipais efetivas e responsivas.

Junqueira (1998) complementa essa perspectiva ao afirmar que a intersectorialidade deve ser entendida como uma lógica de gestão que visa superar a fragmentação das políticas. Essa abordagem considera o cidadão em sua totalidade, levando em conta suas necessidades individuais e coletivas. Ao olhar para a realidade, a intersectorialidade se torna um instrumento poderoso para promover o bem-estar social, garantindo que as políticas públicas sejam mais inclusivas e eficazes na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Assim, a intersectorialidade se revela não apenas como um desafio, mas como uma oportunidade para inovar na gestão pública, articulando esforços e recursos para atender às complexas demandas da sociedade contemporânea. Por este motivo, neste estudo seguiremos o conceito de Junqueira (1988), reconhecendo as necessidades do público deste estudo em sua totalidade.

2.3.1 Unindo forças: a Intersetorialidade das Políticas Públicas para Proteção Integral à Infância

Com um modelo de proteção integral, baseado na intersetorialidade e nos cuidados não somente na infância, a *Nurturing Care* entende todo o meio que cerca a criança, como uma influência relevante. Isso inclui seus cuidadores, responsáveis, e aqueles que acreditam que a Educação Infantil seja um dos pilares que definem o pleno desenvolvimento das crianças entre 0 e 6 anos de idade. Este projeto está pautado em cinco modelos: saúde, nutrição, parentalidade, segurança e proteção, e educação infantil. Considerando que a qualidade do meio onde a criança está inserida influencia diretamente na aquisição e desenvolvimento de suas habilidades (Unicef.2018).

Por isso, é essencial compreender os impactos que esse convívio pode ter sobre o indivíduo ao longo de toda a sua vida. Parte-se do princípio de que a educação, antes vista como uma garantia de direitos sociais, tem perdido credibilidade, o que contribui para a evasão escolar, o enfraquecimento dos laços familiares, o uso da violência como forma de expressão e a exclusão social desses indivíduos.

Entre 2019 e 2022, o percentual de meninas e meninos vivendo na pobreza, em suas múltiplas dimensões, caiu de forma tímida no País. No mesmo período, no entanto, a proporção de crianças de 7 anos de idade que não sabem ler e escrever dobrou, passando de 20% para 40%, é o que revela o estudo realizado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), através do novo relatório Pobreza Multidimensional na Infância e Adolescência no Brasil.

Dessa forma, a proteção integral à infância deve ser entendida como um fator crucial na formação dos futuros cidadãos, influenciando diretamente seu desenvolvimento e integração na sociedade.

A infância é marcada por heterogeneidades, entre elas a de classe. Nessa perspectiva, o enfrentamento das disparidades sociais que assolam uma parcela significativa desse segmento geracional exige ações governamentais para melhoria da qualidade de assistência prestada a essa população, através de ações intersetoriais, sendo fundamental a articulação com as diferentes políticas sociais (Souza; Joazeiro, 2020, p. 14).

A Avante Educação e Mobilização Social, uma organização da sociedade civil participante do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), desenvolve projetos em parceria com a Petrobras e a Secretaria de Educação de Salvador-BA, sendo um exemplo de trabalho intersetorial por meio dos projetos Indique Salvador e Primeira Infância Cidadã (PIC) (Avante, 2022).

O Indique Salvador é um indicador da qualidade da educação da Rede Municipal Infantil, baseado nos índices de qualidade do MEC. Que, depois de avaliados, são inseridos em uma plataforma web. O PIC atua na formação de professores, agentes públicos, gestores, entre outros setores que auxiliarão na integralidade dos atendimentos necessários, sejam eles individualizados ou em grupo, garantindo sua eficiência. Estes são exemplos de intersetorialidade que dão certo, pois, se articulam em prol da garantia dos direitos sociais de crianças e adolescentes (Avante, 2022).

Já o Programa de Atendimento ao Pré-escolar (Proape, 1980), que foi implementado através do convênio entre o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), o Ministério da Saúde e as Secretarias Estaduais de Educação no Mato Grosso do Sul, o projeto teve caráter recreativo e nutricional, sendo desenvolvido em pátios de escolas, galpões de igrejas, enfim, espaços improvisados com intuito de não gerar gastos. Em torno de 60 a 100 crianças eram atendidas por uma professora e uma monitora, com o auxílio de algumas mães (crecheiras) (Silva, 1999).

Algumas orientações iniciais foram dadas, mas a recreação de imediato foi desconsiderada, atentando-se apenas para a preparação dos alimentos. Claro que tal proposta, mesmo passando por alterações em 1984, não se consolidou por apresentar uma proposta inadequada e pouco viável no atendimento de crianças desta faixa etária. Assim como apresentar um caráter assistencialista, distante de ações educacionais e que não consideraram a realidade local destes indivíduos (Silva, 1999). Sem priorizar a intersetorialidade necessária, esquecendo que o bem-estar social e a educação, também constituem provimento de saúde.

Contudo, a educação infantil no Brasil vem sendo construída desde 1875, neste período apenas relacionada à atenção básica. Passando por uma longa fase de questionamentos, onde foi preciso primeiro aprimorar o olhar sobre o que era a infância? Do que estas crianças necessitam para além dos cuidados básicos de saúde e higiene? Somente após a implementação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB/1996) que previam a sua proteção e desenvolvimento integral é que a Educação Infantil

passou a ser garantia de direito deste público. Estabelecendo-se como a primeira etapa da educação básica, abrangendo crianças dos 0 aos 6 anos de idade.

A nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) pensa a Educação Infantil de maneira intersetorial, enxergando a criança em cada uma de suas fases de desenvolvimento e considerando suas competências e habilidades. Essa abordagem é essencial para superar problemas históricos que afetam a infância no Brasil.

Neste contexto, os serviços oferecidos pela assistência social, como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), são fundamentais. O SCFV, por exemplo, desenvolve atividades que envolvem crianças, familiares e a comunidade, fortalecendo vínculos e prevenindo situações de exclusão social e risco, como a violência doméstica e o trabalho infantil. De maneira complementar, o PAIF é direcionado a crianças de até seis anos e atua nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), oferecendo suporte integral às famílias e colaborando com os objetivos da BNCC na promoção do desenvolvimento saudável e equitativo para todas as crianças. (Brasil.2004).

Na esfera municipal, em Alegrete-RS, o Programa Criança Feliz é ofertado para famílias cadastradas no CadÚnico. Esse programa é uma iniciativa do Governo Federal que foi instituído pelo Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016. O programa Criança Feliz consiste em visitas periódicas com profissionais capacitados de diferentes setores que apoiam gestantes e sua família, favorecendo a criança em sua primeira infância, entretanto, este projeto atende o público infantil somente até três anos de idade, ou crianças beneficiárias do BPC (Benefício de Prestação Continuada) até seis anos (Brasil, 2016).

Ainda que a legislação dê amparo para a criação de políticas públicas de assistência social, saúde e educação para a proteção de crianças em situação de vulnerabilidade, a cobertura e qualidade do atendimento é de difícil mensuração. Por exemplo, na cidade de Alegrete, poucas escolas dispõem de atividade no contraturno para estudantes da educação infantil, por falta de estrutura e agravado pela falta de profissionais para realizar esse atendimento.

Dessa forma, a intersetorialidade entre a assistência social, saúde e a educação se coloca como uma importante estratégia no acompanhamento do desenvolvimento escolar e social dos estudantes, assim como, a garantia dos direitos das crianças e de seus familiares (Cruz; Martins, 2021).

Observando as ações na cidade de Alegrete-RS, voltadas para o atendimento de crianças e adolescentes, quase que em sua totalidade tais projetos partem das inquietações da comunidade onde os mesmos estão inseridos. Partindo de iniciativas da sociedade e não do Estado, dando um caráter de benesse para essas ações, que muitas vezes são pontuais e não visam a continuidade. Assim a presente a proposta, buscará articular as áreas de assistência social, saúde e educação infantil do município de Alegrete-RS a fim de tornar a intersectorialidade uma realidade constante em prol das comunidades vulneráveis da periferia.

Através da coleta de informações e do mapeamento dos serviços existentes, buscando identificar a correlação entre as demandas advindas destas comunidades, tanto na área da assistência social, saúde, quanto no ambiente escolar. Finalmente, é importante que tais informações sejam repassadas ao poder público municipal, com o intuito de fomentar ações voltadas para o público da educação infantil, e tornar viável a estes indivíduos alcançar seus direitos e deveres sociais que são eles: o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

3. ANÁLISE DOS DADOS Á LUZ DA INTERSETORIALIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA REGIÃO EXTREMO LESTE EM ALEGRETE

As informações são tratadas de forma a integrar a análise de conteúdo (Moraes, 1999) de forma dialética, compondo uma interpretação da realidade local à luz dos dados documentais, e da pesquisa de campo a partir das observações e do questionário aplicado pelo formulário *google forms*. A opção pela lógica dialética norteou metodologicamente o estudo de tal forma que contribuiu para a apreensão das determinações concretas do objeto de pesquisa, observando-o em seu desenvolvimento histórico permeado pelas contradições internas e a relação com a totalidade da realidade social. O estudo se desenvolveu através da reflexão crítica, reiterada e questionadora da realidade pesquisada, conduzindo para “[...] uma compreensão consciente do investigador no processo de pesquisa” (Richardson, 1999, p.6).

A análise de conteúdo realizada se constituiu em um processo de trabalho que contribuiu para a realização de inferências e interpretações sobre o conteúdo de toda a classe de extratos da coleta de dados realizada pela pesquisa. O movimento articulado entre descrição, interpretação, compreensão, revisão e explicitação dos dados, mediado pelo referencial teórico-metodológico, ajudou na interpretação das mensagens e compreensão dos seus significados para além da leitura comum, transformando as informações em conhecimentos.

3.1 Principais demandas para a proteção da infância em Alegrete

Garantir a proteção integral da infância requer uma análise aprofundada sobre as políticas públicas existentes e a efetividade dos serviços ofertados no âmbito da assistência social, saúde e educação infantil. A investigação realizada buscou compreender a realidade do atendimento às crianças de 4 a 6 anos no município de Alegrete-RS no zonamento extremo leste da cidade, bem como identificar as principais demandas que emergem no cotidiano dessas políticas. Com isso, buscou-se responder à questão norteadora: Quais são as principais demandas atendidas no âmbito da assistência social, saúde e educação infantil no município de Alegrete-RS?

A assistência social desempenha um papel fundamental na proteção da infância, no entanto, a análise dos dados revelou fragilidades na execução de serviços

voltados à primeira infância. O CRAS extremo leste, que deveria atuar no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, não apresenta programas específicos para essa faixa etária, ainda que o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) preveja atividades direcionadas a crianças de 0 a 6 anos, como veremos de acordo com a tipificação nacional de serviços socioassistenciais:

Tem por foco o desenvolvimento de atividades com crianças, familiares e comunidade, para fortalecer vínculos e prevenir ocorrência de situações de exclusão social e de risco, em especial a violência doméstica e o trabalho infantil, sendo um serviço complementar e diretamente articulado ao PAIF. Pauta-se no reconhecimento da condição peculiar de dependência, de desenvolvimento desse ciclo de vida e pelo cumprimento dos direitos das crianças, numa concepção que faz do brincar, da experiência lúdica e da vivência artística uma forma privilegiada de expressão, interação e proteção social. Desenvolve atividades com crianças, inclusive com crianças com deficiência, seus grupos familiares, gestantes e nutrízes. Com as crianças, busca desenvolver atividades de convivência, estabelecimento e fortalecimento de vínculos e socialização centradas na brincadeira, com foco na garantia das seguranças de acolhida e convívio familiar e comunitário, por meio de experiências lúdicas, acesso a brinquedos favorecedores do desenvolvimento e da sociabilidade e momentos de brincadeiras fortalecedoras do convívio com familiares. Com as famílias, o serviço busca estabelecer discussões reflexivas, atividades direcionadas ao fortalecimento de vínculos e orientação sobre cuidado com a criança pequena (Brasil, 2014, p.16).

Ademais, a demanda por auxílio alimentar supera a oferta, de acordo com o que foi levantado com a assistente social do CRAS extremo-leste, evidenciando a situação de insegurança alimentar na comunidade, o que compromete diretamente o desenvolvimento infantil.

A desnutrição ainda é uma problemática que afeta ao brasileiro e é um estado onde há a carência de proteínas que acarretam sérias consequências nos primeiros anos de vida do ser humano. Um dos fatores que intensifica é o desenvolvimento social da criança, que influencia sua afetividade e seu cognitivo na infância. E a respeito do organismo existem três consequências, a primeira é a desaceleração do desenvolvimento, ou seja, a criança tem um crescimento físico e intelectual reduzido comparados às demais crianças (Maia, 2019, p.8).

A insegurança alimentar na comunidade, refletida na demanda superior à oferta, de acordo com o que foi levantado em conversa com os profissionais do Cras extremo-leste revela um cenário preocupante, especialmente para o desenvolvimento infantil. Esse déficit nutricional pode comprometer significativamente a aprendizagem, a sociabilidade e a saúde ao longo da vida. Além disso, a desaceleração do desenvolvimento físico e intelectual observada em crianças desnutridas evidencia a

urgência de políticas públicas eficazes que garantam o acesso a uma alimentação adequada, prevenindo impactos negativos a longo prazo. Segundo a UNICEF (2019), aproximadamente uma em cada três crianças menores de 5 anos, cerca de 250 milhões, sofre com desnutrição ou excesso de peso. Além disso, quase dois terços das crianças entre 6 meses e 2 anos de idade não recebem a nutrição essencial para o crescimento saudável do corpo e do cérebro. Essa deficiência alimentar compromete o desenvolvimento cerebral, aumentando o risco de dificuldades de aprendizado, baixa imunidade, maior vulnerabilidade a infecções e, em muitos casos, pode levar à morte.

No setor da saúde, as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e as Equipes de Saúde da Família (ESF) garantem o atendimento primário, mas há lacunas em ações preventivas e no acompanhamento especializado para crianças em situação de vulnerabilidade. A falta de uma abordagem sistemática para identificação precoce de casos de negligência, violência e abusos fragiliza a proteção das crianças e limita a atuação intersetorial. Para Rossoni e Lampert (2004) a identificação de sinais de violência no atendimento em saúde depende da escuta e do olhar atento do profissional. Para isso, a capacitação e a educação contínua são essenciais, mas vão além da transmissão de conhecimento, exigindo um compromisso social dos profissionais com a questão.

Na educação infantil, observam-se cotidianamente desafios relacionados à qualidade da aprendizagem e ao contexto socioeconômico das famílias. As escolas localizadas na zona leste do município apresentam defasagem nos índices de desempenho escolar, reflexo de dificuldades estruturais e da falta de suporte adequado para crianças que enfrentam situações de risco. A cidade de Alegrete apresenta uma média de 5,7 no IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental, evidenciando fragilidades na rede municipal (IBGE; s/d). O desempenho da escola é avaliado pelo Indicador de Nível Socioeconômico (Inse), que em 2021 a classificou no nível 4 (NSE 4), indicando que seus alunos estão até meio desvio-padrão abaixo da média nacional. O afastamento da assistência social das unidades escolares neste contexto, também compromete a identificação de crianças que necessitam de apoio psicossocial.

As demandas atendidas nas áreas de assistência social, saúde e educação infantil demonstram a necessidade urgente de melhorias na execução dos serviços. Enquanto a saúde e a educação têm apresentado certa continuidade em seus

atendimentos, ainda que com desafios, a assistência social enfrenta entraves significativos, como a insuficiência de programas específicos para crianças dessa faixa etária e a dificuldade em suprir a demanda por benefícios sociais básicos. Como previsto pelo (PNAS,2004), o CRAS relaciona-se com duas das principais deliberações da Política Nacional de Assistência Social, a de que a política deve adotar um enfoque territorial e a de que deve considerar a unidade familiar como ponto focal para compreensão das vulnerabilidades e potencialidades da população e como objeto central de sua ação preventiva e protetiva.

Dessa forma, torna-se essencial aprimorar os mecanismos de atendimento, garantindo que os serviços prestados estejam alinhados com as reais necessidades da infância e promovam efetivamente o bem-estar e a proteção das crianças no município.

Para entender melhor esta dinâmica, o presente estudo buscou aprofundar a compreensão sobre a realidade dos setores de assistência social, saúde e educação infantil no município de Alegrete/RS, enfatizando a percepção dos trabalhadores sobre a proteção integral à infância, as demandas específicas de cada setor e a dinâmica do trabalho em rede. Para isso, foi elaborado um questionário online, disponibilizado via Google Forms, contendo 36 perguntas abertas e fechadas. A estratégia adotada visava captar um panorama detalhado sobre os desafios e práticas dos profissionais que atuam nessas áreas.

No dia 02 de outubro de 2024, foi realizado um esforço inicial de sensibilização junto às Secretarias de Saúde, Educação e Assistência Social. A abordagem incluiu visitas presenciais e o uso de uma carta de apresentação para expor o projeto e solicitar autorização para o envio do questionário online. No entanto, apenas na Secretaria de Assistência Social foi possível estabelecer um diálogo direto com a responsável pelo setor, enquanto nas demais secretarias o contato ocorreu posteriormente, de forma remota, via WhatsApp.

O plano inicial previa a mobilização de pelo menos 40 profissionais, considerando a abrangência das instituições na região. Para garantir a efetividade do questionário, antes da aplicação em larga escala, um grupo piloto testou o instrumento, permitindo ajustes necessários. Após essa etapa, reforçou-se a tentativa de contato com os coordenadores e secretários responsáveis pelos setores por meio de e-mails e ligações telefônicas. Contudo, somente a Secretaria de Assistência Social demonstrou maior receptividade, possibilitando um contato mais próximo. Nas

Secretarias de Saúde e Educação, a comunicação ocorreu de maneira indireta, por meio das secretarias pessoais dos responsáveis pelos setores.

Os questionários foram então distribuídos via e-mail e WhatsApp aos profissionais das três áreas. Apesar da expectativa de alcançar um número expressivo de respostas, o retorno foi inferior ao projetado: apenas 12 (doze) participantes responderam ao formulário, e grande parte dessas respostas foi enviada após o prazo estipulado de 15 dias. Mesmo com lembretes frequentes (diários) e tentativas de reforçar a importância da pesquisa, a baixa adesão revela desafios estruturais no engajamento dos trabalhadores, seja pela sobrecarga de trabalho, pela falta de sensibilização sobre a relevância do estudo ou por dificuldades de comunicação entre os setores. Esse cenário corrobora a observação de Gil (2002), que enfatiza que a aplicação de questionários, por si só, não assegura uma taxa satisfatória de respostas, o que pode impactar a representatividade da amostra. No entanto, apesar do baixo número de participantes, as respostas obtidas foram analisadas de forma criteriosa, buscando extrair o máximo de informações e garantir a validade dos achados.

A adesão abaixo do esperado ao questionário levanta questões fundamentais sobre a comunicação e a mobilização dos trabalhadores nas áreas de assistência social, saúde e educação infantil. O desafio de sensibilizar os profissionais para a importância de sua participação em pesquisas desse tipo pode estar associado a diferentes fatores, em muitos contextos, os trabalhadores não são incentivados a participar de estudos científicos ou não percebem a aplicabilidade direta dos resultados em seu cotidiano profissional.

Assim como, as demandas diárias das áreas de assistência social, saúde e educação podem dificultar a disponibilidade dos profissionais para responderem a questionários, especialmente quando não há uma política institucional que viabilize essa participação dentro da carga horária de trabalho. E o fato de apenas uma secretaria ter possibilitado um contato presencial sugere que há desafios na articulação entre diferentes segmentos da administração pública, o que pode impactar a efetividade do trabalho em rede. Isso pode ocorrer, pois apesar de a orientação para o trabalho em rede ter emergido como critério importante na formulação de políticas sociais, a estrutura dos serviços públicos com os quais convivemos são as mesmas estruturas verticalizadas e compartimentalizadas que até pouco tempo atrás pareciam atender bem às demandas da vida cidadã. (Guará, 2010).

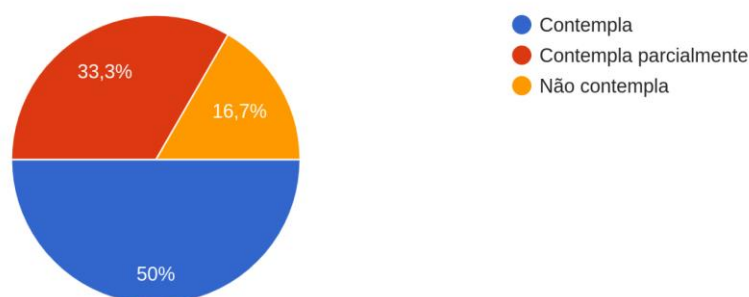
Ainda, para Vanz e Stumpf (2010) a colaboração é entendida como um processo social e de interação humana que pode se manifestar de diversas maneiras, em distintos níveis e por variados motivos. A interação no âmbito dos serviços estudados demandam algum nível de sensibilização e motivação para acontecer, o que exige preparo e disponibilidade das equipes e seus gestores.

Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de estratégias mais robustas para mobilização e sensibilização dos trabalhadores. No âmbito da pesquisa isso pode incluir a realização de encontros presenciais de apresentação do estudo, envolvimento direto dos gestores na divulgação, incentivos institucionais para participação e um planejamento mais estruturado de comunicação, utilizando diferentes canais para alcançar o público-alvo.

A seguir, são apresentadas as reflexões das respostas obtidas no questionário, que apontam para o desenvolvimento do trabalho coletivo entre as políticas no território pesquisado.

Figura 2 – Respostas sobre trabalho em rede.

5. Existe um trabalho em rede:
12 respostas



Fonte: elaboração própria (2025).

As respostas apontadas na figura 2, indicam percepções variadas sobre o trabalho em rede na Assistência Social, Saúde e Educação Infantil no município. Alguns reconhecem avanços, como a parceria com as EMEIs e o retorno de reuniões periódicas promovidas pelo Ministério Público, enquanto outros apontam falhas, especialmente na comunicação e integração entre os setores. Há quem avalie o trabalho como satisfatório ou bem assistido, mas também há críticas quanto à

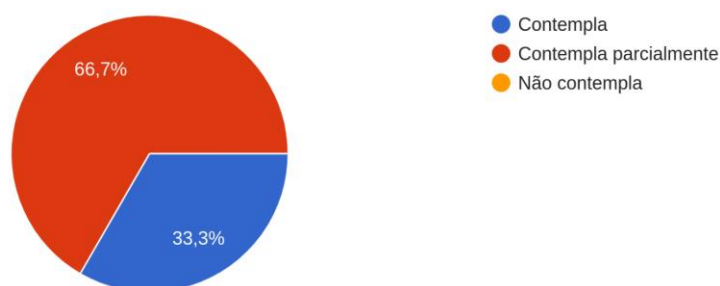
precariedade, necessidade de maior articulação e conhecimento sobre a atuação conjunta das áreas, conforme sinalizado nas respostas - “São políticas ativas, que são trabalhadas de forma que os serviços são articulados igualmente.” (Resposta H; Questão 6). “Falta de comunicação entre os setores”. (Resposta K; Questão 6).

A Figura 3, revela que a maioria dos trabalhadores acredita na existência do trabalho em rede e na efetivação dos encaminhamentos. Porém, as respostas apresentam diferentes percepções sobre os serviços oferecidos. Há reconhecimento de avanços, como espaços físicos adequados e equipes que desempenham bem suas funções, mas também apontam diversas limitações. Entre as principais críticas estão a falta de recursos materiais e humanos, necessidade de formação continuada, ausência de estrutura adequada para atendimento infantil e deficiência na articulação entre setores, “Principalmente após a pandemia, o trabalho em rede ficou mais dificultoso. Aos poucos estão sendo retomados estudos de caso, por exemplo”. (Resposta: A; Questão 12). Alguns respondentes consideram os serviços alinhados à realidade, “Quando o aluno precisa de assistência tanto da ação social, como da saúde ele é contemplado com atendimento”. (Resposta: I; Questão: 12), enquanto outros destacam falhas significativas e falta de interesse por parte dos gestores em melhorar a qualidade do atendimento.

Figura 3 – Respostas sobre encaminhamentos em rede.

8. Encaminhamento na rede:

12 respostas



Fonte: elaboração própria (2025).

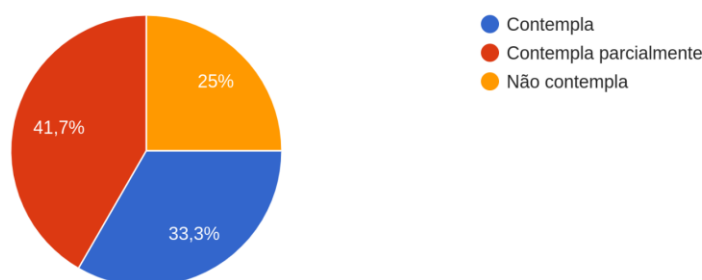
Ao serem questionados sobre os encaminhamentos, observa-se que eles estão sendo feitos, porém a resposta ou acompanhamento posterior não está ocorrendo de forma adequada (Fig. 3). A falta de eficiência no retorno dos atendimentos é um dos fatores que impactam diretamente os sistemas de proteção à infância, comprometendo o acompanhamento, os retornos e os serviços que deveriam estar sendo realizados e supervisionados conforme as necessidades de cada criança, como apontado em uma resposta do questionário: “Acontecem reuniões mensais para traçar algumas metas, que muitas vezes não são efetivadas”. (Resposta: B; Questão 12). A resposta destacada sinaliza para a existência de algumas ações mais coletivas, que podem ser fortalecidas na perspectiva da garantia dos direitos das crianças.

A seguir com a figura 4 demonstra-se a percepção dos trabalhadores sobre as devolutivas e encaminhamentos realizados.

Figura 4 – Devolutivas de encaminhamentos.

Avalie aspectos relacionados às demandas de proteção e marque de que maneira são contemplados. 22. Há acompanhamento dos casos após encaminhamento na rede:

12 respostas



Fonte: elaboração própria (2025).

A Figura 5 mostra as respostas sobre o impacto da realidade familiar na aprendizagem das crianças. A análise evidencia que, embora existam esforços na oferta de serviços voltados à infância, ainda há desafios significativos na efetivação das políticas de proteção social, saúde e educação infantil, especialmente para crianças de 4 a 6 anos.

A maioria das respostas indica que as demandas são apenas parcialmente contempladas, com índices elevados de situações de risco e vulnerabilidade devido a fatores como pobreza, violência intrafamiliar, desemprego e negligência familiar. Problemas estruturais, como a falta de qualificação profissional, insuficiência de equipamentos adequados e a necessidade de um trabalho intersetorial mais efetivo, foram apontados como entraves para a proteção integral da infância.

Necessita um diagnóstico do território e melhorar o trabalho intersetorial. (Resposta: A; Questão:35);

Avalio que falta qualificar os profissionais e os equipamentos que recebem crianças para atendimento. (Resposta: B; Questão:35);

As crianças estão à mercê do ambiente em que vivem, precário, vulnerável. (Resposta: D; Questão:35);

É uma via de mão dupla se não entendermos o local onde essa criança vive ou situações vivenciadas por elas, nada acontece, perdemos muito tentando achar culpados, sendo que na real, necessitamos de uma escuta qualificada e de ação. (Resposta: G; Questão:35);

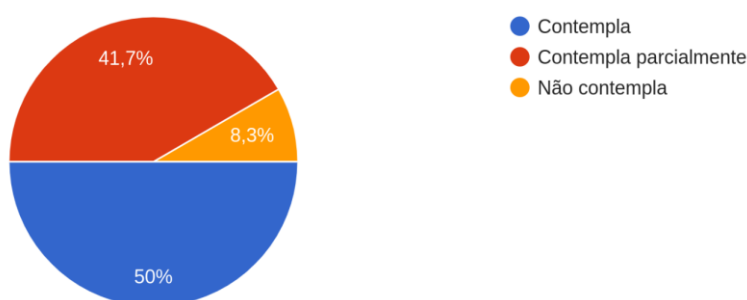
Lembrando que esta percepção vem das três políticas públicas contempladas neste estudo - educação infantil, assistência social e saúde -, mostrando a realidade em que estas crianças estão inseridas, no território estudado.

Além disso, há consenso de que é preciso melhorar a articulação entre os setores envolvidos, como escola, saúde e assistência social, para oferecer um acompanhamento mais eficiente e completo, “Como professora percebo que desconheço as respostas aos questionamentos”. (Resposta: C; Questão:35);

Os dados apontam para a importância de um diagnóstico territorial mais preciso, visto que 66,70% das respostas sinalizam para a ausência de acompanhamento ou acompanhamento parcial das demandas. Estes dados se expressam também através das respostas escritas, “Necessita um diagnóstico do território e melhorar o trabalho intersetorial” (Resposta A; Questão,35), e, “Precisamos de políticas públicas mais voltadas para as crianças que contemplem um acompanhamento mais completo” (Resposta K; Questão 35). Com um diagnóstico e acompanhamento mais estruturado no campo das políticas públicas que considerem a diversidade da infância poderia implicar em uma abordagem mais inclusiva e eficaz.

Figura 5 – Realidade familiar.

34. As crianças vivenciam negligência, mas à família também é negligenciada por viver em condições precárias:
12 respostas



Fonte: elaboração própria (2025).

As respostas registradas no formulário apontam para a necessidade de aprimoramento na rede de atendimento à infância, destacando desafios como a falta de atenção adequada às necessidades das crianças e a demora nos atendimentos, mesmo havendo profissionais e centros especializados disponíveis. Há consenso sobre a importância de considerar a diversidade da infância, reconhecendo que as crianças vivem realidades distintas que demandam abordagens específicas. Além disso, sugere-se a necessidade de fortalecer a comunicação entre os setores da

escola, saúde e assistência social, visando um atendimento mais integrado e eficaz.

Para Secchi (2014), o problema é a discrepância entre o status quo e uma situação ideal possível. Um problema público é a diferença entre o que é, e aquilo que se gostaria que fosse a realidade pública.

Alguns respondentes mencionam que as políticas públicas de proteção à infância estão sendo aplicadas, mas ainda há um longo caminho para garantir o que é realmente essencial para as crianças. Ainda, observa-se a contradição de entendimentos quanto aos mecanismos de proteção, algumas respostas sinalizam positivamente quanto ao trabalho desenvolvido pelos serviços em rede, “São políticas ativas, que são trabalhadas de forma que os serviços são articulados igualmente” (Resposta H; Questão 6), “Muito bem assistido pelo município (Resposta I; Questão 6).

Enquanto outras sinalizam para uma insuficiência no campo das políticas e da interação em rede.

A Rede do nosso município, faz alguns movimentos para tentar ser mais atuante de forma conjunta, no entanto, precisamos avançar mais (Resposta B; Questão 6);
 Falho, precário (Resposta D; Questão 6);
 Falta de comunicação entre os setores (Resposta K; Questão 6);

Entende-se que as respostas se contradizem, pois cada serviço e seus respectivos trabalhadores podem ter um maior ou menor grau de articulação para o trabalho à partir da função que ocupam, e das relações que estão estabelecidas entre os serviços. O trabalho articulado é um processo que demanda diferentes atores e níveis de envolvimento, e este se altera conforme as experiências coletivas. Ainda, são apontadas duas respostas que demonstram potencialidade no trabalho em rede:

Estão sendo retomadas as reuniões em rede feitas todas as sextas-feiras e também um encontro com toda a rede convocada pelo MP a cada dois ou três meses (resposta E; Questão 6); Consequimos uma parceria junto à coordenadora das EMEIs, fazendo com que as informações cheguem de uma forma rápida e clara (Resposta G; Questão 6).

As respostas sinalizadas no formulário de pesquisa apontam para a necessidade de qualificação dos trabalhadores da rede como mecanismo de fortalecimento da proteção, como iremos acompanhar em algumas respostas dos trabalhadores: “Como professora atuante não observo ou talvez falte conhecimento sobre o assunto com o envolvimento dessas áreas com a educação (Resposta: A;

Questão:6). Falta muita comunicação entre os serviços e entrosamento. Quem é o público de quem [...]. (Resposta:F; Questão:6). Parte-se do entendimento que o público não se modifica - são as crianças do território, estudado que pelas suas características apresentam situações de vulnerabilidade e risco -, o que se modifica no âmbito de cada política é a intervenção e os mecanismos de proteção.

A importância da qualificação dos profissionais e da participação de equipes diretivas, como orientadores educacionais, também é ressaltada, evidenciando a necessidade de um trabalho mais articulado e estratégico para promover a proteção integral da infância.

Quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a seriedade (Freire,2019; p. 24).

Por este motivo, as práticas educativas não podem se basear na simples transmissão e reprodução de culturas, sem considerar a reflexão crítica e a contextualização do tempo e do espaço vividos pelos sujeitos envolvidos neste processo, é necessário investimento: “Estrutura necessita de acessibilidade e formação continuada às equipes”. (Resposta: A; Questão:21). “Não estão. Não parece haver interesse dos gestores dessas pastas em oferecer um serviço de qualidade para a população”. (Resposta: B; Questão:21).

Dessa forma, torna-se evidente que a efetivação de uma educação comprometida com a proteção integral da infância exige mais do que boas intenções, requer ação estratégica, investimento contínuo em formação e infraestrutura, além de uma gestão comprometida com a qualidade social da educação. A articulação entre teoria e prática, deve ser um compromisso político com a transformação social.

3.2 Território e Políticas Públicas: Desafios e Impactos na Proteção da Infância

Este item apresenta os dados da coleta de campo, que respondem à seguinte questão norteadora: a) Quais são os serviços ofertados pelas políticas de assistência social, saúde e educação infantil que atendem à faixa etária dos 4 aos 6 anos de idade no município de Alegrete? Tal questão contribui para atender ao objetivo específico

de mapear os serviços de atenção para crianças de 4 a 6 anos de idade nas políticas de assistência social, saúde e educação infantil no município de Alegrete – de maneira sistematizada e individualizada.

Compreender os serviços ofertados na relação com o território é fundamental para identificar as possibilidades de proteção ou seus limites, reconhecendo o território como espaço de vida e de relações sociais de uma comunidade. Na elaboração de projetos e ações, o território é um dos principais fatores a ser analisado, afinal, não se pode desconsiderar a realidade do ambiente e de seus usuários, ponderando tanto questões comportamentais quanto culturais. Outra questão relevante que está atrelada ao território são as vulnerabilidades. As ações são previstas e pensadas de acordo com as demandas sociais destes indivíduos, sejam elas relacionadas à saúde, saneamento básico, ou violência.

Na busca de uma transformação social, mostra-se necessário compreender como os indivíduos se relacionam e quais as suas vivências com o ambiente, percebendo o território não apenas como algo geográfico, mas fruto de representações e expressões sociais.

O exercício da autonomia tem sua grande base no território onde as famílias vivem, à medida que ele é decisivo na construção de suas relações e de seus modos de vida. No âmbito da PNAS, o território é entendido como espaço geográfico, histórico e político, edificado através das relações entre diferentes atores, tais como população, empresas e Estado, que determinam o conjunto de condições em que vive a população. Além disso, é nele que se definem as ações e políticas públicas para promover a inclusão social e resolver problemas concretos de uma população (Koga, 2003).

Haesbaert (2004, p.1), reflexiona “podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva apropriação”. Considerando que estas vivências muitas vezes são construídas através de exclusão social, privação de condições dignas de vida e pela violação de direitos pode-se esboçar a influência que o território ocasionará na construção de valores e comportamentos de seus indivíduos.

Tais valores e representações normalmente se expressam através das atitudes do indivíduo no ambiente escolar, que para muitos é o primeiro espaço de convívio social, depois do familiar. Por isso a importância de um olhar atento e cuidadoso por parte dos professores de educação infantil com estes alunos, que usam seu momento de brincar para expressar suas vivências e relações sociais.

Portanto, o objetivo central deste estudo busca analisar os serviços intersetoriais prestados, às demandas correlatas enfrentadas pelos órgãos da assistência social, saúde e educação infantil. A fim de promover a efetivação dos direitos sociais de crianças entre 4 e 6 anos de idade no município de Alegrete-RS na região extremo-leste que são atendidas pelos respectivos serviços.

Durante o mapeamento inicial das instituições e serviços de proteção à infância, foram localizadas um total de 35 instituições escolares sendo que 14 destas são escolas municipais de educação infantil, além das escolas municipais de educação básica e escolas rurais. Sendo que 6 destas instituições escolares, atendem crianças de 4 a 6 anos na zona extremo leste de Alegrete. Assim como as equipes de saúde da família (ESF), que num total de 20 (UBS), 6 delas estão localizadas no zoneamento deste estudo, zona leste da cidade. Os serviços/projetos como centro de atenção psicossocial de adultos e crianças (CAPS II), (CAPS AD – Álcool e Drogas) (Capsi – Infanto-Juvenil); (Projeto SAMU Mental 24 horas).

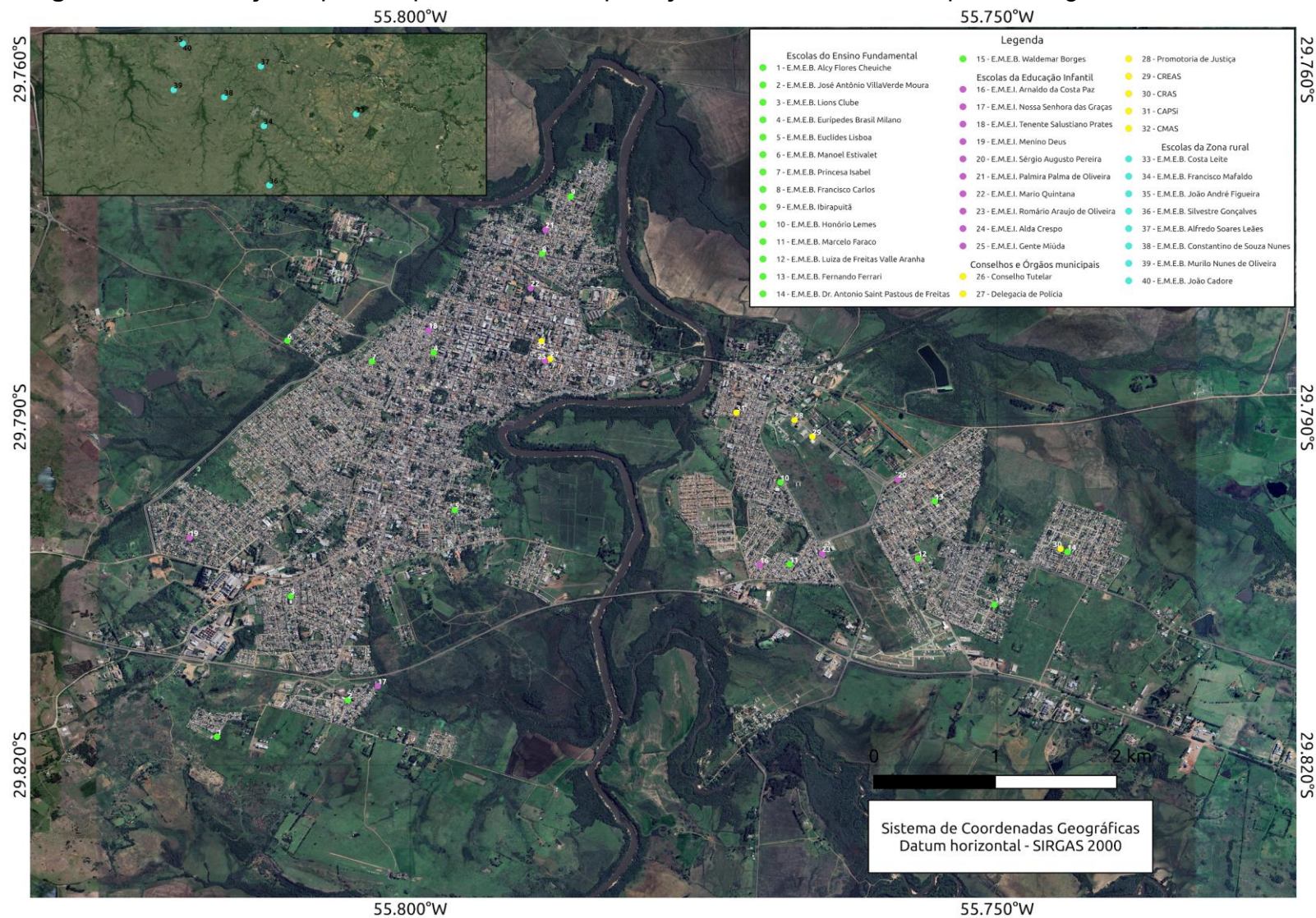
A zona leste de Alegrete se compõe pelos seguintes bairros: Ibirapuitã, Centenário, Promorar, Honório Lemes, Getúlio Vargas, Nova Brasília, Santos Dumont, Capão do Angico, Saint Pastous, Nossa Senhora da Conceição Aparecida, Núcleo Habitacional Deputado Ulisses Guimarães, Dr. Romário Araújo, Vila Favila, Vila Palma, Balneário Caverá, Novo Balneário Caverá, e Nilo Soares Gonçalves.

Neste zoneamento estão localizadas as escolas municipais de educação básica (E.M.E.B) Honório Lemes, Marcelo Faraco, Luiza de Freitas Valle Aranha, Fernando Ferrari, Doutor Antônio Saint Pastous e Waldemar Borges. Escolas municipais de educação infantil (E.M.E.I) Arnaldo da Costa Paz, Sérgio Augusto Pereira, Nossa Senhora das Graças e Menino Deus. Assim como, conselhos e órgãos municipais, Promotoria de Justiça, Centro de Referência de Assistência Social (CREAS), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) extremo leste, Centro de Atenção Psicossocial Infantil Juvenil (CAPSi).

Assim, percebe-se que a implementação destes serviços acabam por reverberar a importância e relevância dos atendimentos neste território.

No mapa a seguir estão cartografadas as instituições que compõem a rede de proteção à infância no município de Alegrete/RS.

Figura 6 – Instituições que compõem a rede de proteção à infância do município de Alegrete/RS 2024.



Fonte: Criado com base na coleta de dados e investigação da autora, e cartografado por Thiago Ferreira Gomes, Bacharel em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura.

Após a coleta de dados realizada pela autora, para a construção cartográfica, realizou-se uma aproximação inicial com o CRAS extremo leste, situado no bairro Saint Pasteurs, onde foi possível averiguar que os atendimentos são realizados de forma pontual, relacionados a informações e dúvidas frequentes relacionadas aos benefícios eventuais, previstos na LOAS (1993), na forma de auxílio funeral, auxílio alimentar e auxílio transporte. No período do levantamento, cerca de 150 famílias estavam cadastradas informalmente no serviço do CRAS. A maior parte dessa demanda está relacionada à busca por auxílio alimentar, que se materializa na entrega de cestas básicas. Atualmente, são distribuídas, em média, 78 cestas por mês, número insuficiente para atender às necessidades da comunidade. De acordo com a equipe, seriam necessárias aproximadamente 150 cestas básicas mensais para suprir de forma adequada a demanda existente.

Além das informações mais gerais sobre os benefícios, serviços e atendimentos, o CRAS não soube precisar o número de crianças na faixa etária deste estudo atendidas pelo respectivo órgão. Informa ainda, que não se realizam atendimentos específicos para esta idade de 4 a 6 anos, (CRAS, 2024). Tais informações são importantes para compreender o que vem sendo executado no equipamento, segundo à Tipificação dos Serviços da Política de Assistência Social o serviço apresenta descrição específica para o público de 0 a 6 anos de idade articulados ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que são essas:

Tem por foco o desenvolvimento de atividades com crianças, familiares e comunidade, para fortalecer vínculos e prevenir ocorrência de situações de exclusão social e de risco, em especial a violência doméstica e o trabalho infantil, sendo um serviço complementar e diretamente articulado ao PAIF. Pauta-se no reconhecimento da condição peculiar de dependência, de desenvolvimento desse ciclo de vida e pelo cumprimento dos direitos das crianças, numa concepção que faz do brincar, da experiência lúdica e da vivência artística uma forma privilegiada de expressão, interação e proteção social (Cnas, 2004, p.15).

Com base nas previsões de serviços deste equipamento, percebe-se que o mesmo não vem cumprindo com um dos seus principais atendimentos, que é justamente o fortalecimento de vínculos entre família e crianças, conforme expresso em resposta da pesquisa,

Não há um espaço separado para atendimento às crianças, apenas dentro da sala das psicólogas nos CRAS Leste e Extremo leste, e no salão de espera cadeira e mesa infantil, livros infantis, no momento não acontece

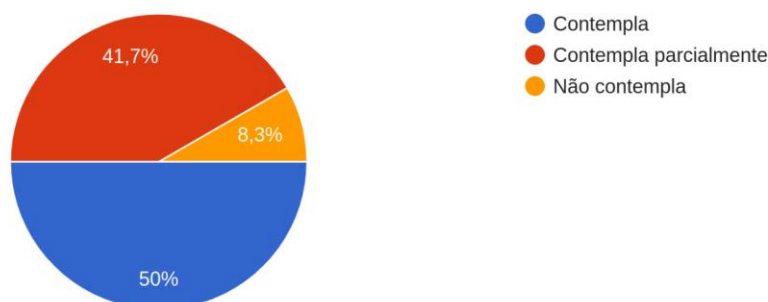
nenhuma oficina ou grupos com crianças desta faixa etária, apenas atendimento psicológico quando há demanda, não possui pedagoga(o) no CRAS Leste e Extremo leste. Está sendo retomada as reuniões em rede, mas antes acontecia e continua através de encaminhamentos das escolas para o CRAS. Acredito que ainda tenha que ser mais fortalecido o vínculo com estes três setores através da participação mais efetiva dos técnicos.” Resposta: B; Questão: 21).

O equipamento em questão está localizado ao lado da E.M.E.B. Doutor Antônio Saint Pastous, uma das escolas mencionadas no zoneamento deste estudo. Segundo os dados do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), a cidade de Alegrete apresenta uma média de 5,7 para os anos iniciais do ensino fundamental. Além disso, o desempenho desta escola é analisado a partir do Indicador de Nível Socioeconômico (Inse), que mede o impacto do contexto socioeconômico sobre o aprendizado dos estudantes no Brasil. De acordo com o Inse de 2021, o educandário está classificado no nível 4 (NSE 4), o que significa que os estudantes encontram-se até meio desvio-padrão abaixo da média nacional do indicador. Neste nível, a maioria dos responsáveis pelos alunos possui escolaridade limitada, com o ensino fundamental incompleto ou completo e/ou ensino médio completo.

Diante dos dados sobre a qualidade da educação no município de Alegrete/RS e considerando a localização estratégica do CRAS, que conta com uma equipe de atuação ao lado de uma escola que atende crianças de 4 a 6 anos, sendo preocupante a ausência de serviços prestados nessa comunidade marcada pela exclusão e vulnerabilidade social como mostra a figura 7, evidenciando que neste território, 91.7% estão expostas a algum tipo de violação de direitos.

Figura 7 - Situação de risco e vulnerabilidade.

27. Existem crianças em situação de risco e vulnerabilidade em virtude de violência intrafamiliar:
12 respostas



Fonte: elaboração própria (2025).

As informações sobre a proximidade dos equipamentos CRAS e unidade escolar poderia ser fator de potencialidade para a proteção das crianças deste território. O CRAS, em parceria com a equipe escolar, poderia desenvolver ações preventivas e informativas voltadas à proteção integral da infância, promovendo a conscientização e fortalecendo a rede de apoio dentro do educandário.

Já em visita ao Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), recebemos informações de que os registros de atendimentos são realizados de forma online através de prontuário eletrônico do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. As informações disponibilizadas apontam 2.061 atendimentos no período de janeiro a dezembro de 2023. Há registros ainda de que 583 novas famílias ingressantes no Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), sendo que 102 destes indivíduos estão categorizados entre 0 a 12 anos, sendo 37 do sexo masculino e 65 do sexo feminino, reverberando outro fator alarmante relacionado a gênero (Creas, 2024).

O CREAS é o equipamento responsável por oferecer o serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos (PAEFI), e pode disponibilizar outros serviços como abordagem social e assistência específica para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias. Além disso, oferece o serviço de medidas socioeducativas. No CREAS são oferecidas informações, orientação jurídica, apoio familiar, auxílio na obtenção de documentação pessoal e estímulo à mobilização comunitária.

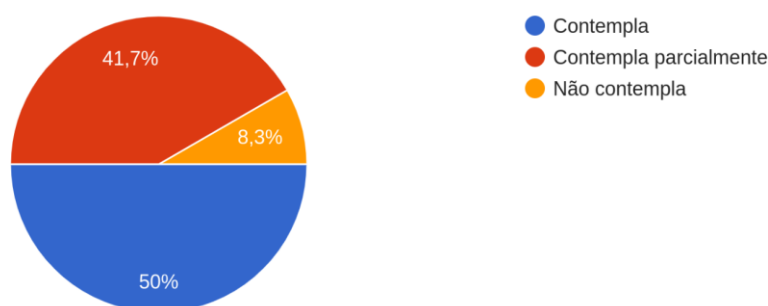
O público atendido no CREAS são famílias e indivíduos que enfrentam situações de violência física, psicológica e negligência, violência sexual, separação do convívio familiar por medida de segurança, situação de rua, abandono, trabalho infantil, discriminação por orientação sexual e/ou raça/etnia, descumprimento de requisitos do Programa Bolsa Família devido a violações de direitos; além de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em meio aberto de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade, entre outras situações. (Brasil, 2018).

Na figura 8, se pode observar que 50% responderam que a negligência é resultado das condições que as famílias vivenciam e 41,7% entendem parcialmente que este contexto afeta à proteção das crianças. As respostas apresentam um dado expressivo sobre o entendimento dos trabalhadores respondentes do questionário sobre a realidade das crianças - que as situações de risco e as vulnerabilidades vivenciadas pelas crianças são também vivenciadas pelas suas famílias, impedindo que estas sejam espaço pleno de proteção. Este entendimento expressa a relevância de pensar a proteção às crianças no conjunto de políticas existentes no território pesquisado.

Figura 8 - Família negligenciada.

34. As crianças vivenciam negligência, mas a família também é negligenciada por viver em condições precárias:

12 respostas



Fonte: elaboração própria (2025).

Durante a análise dos dados, foi observado que das 108 violações registradas e informadas à pesquisadora, contra crianças entre 0 e 6 anos devido a violência familiar física/psicológica, 9 envolvem meninos e 16 meninas. No caso de abuso

sexual, das 41 ocorrências registradas nessa faixa etária, 6 foram de meninas, enquanto nenhum registro foi relatado para meninos. Quanto à exploração sexual, foram identificados 4 casos, sendo 1 de menina nessa mesma faixa etária. Já em relação à negligência e abandono, foram registrados 26 casos, com 6 meninos e 5 meninas afetados. Esses dados destacam a urgência de implementar medidas mais eficazes para proteção à infância.

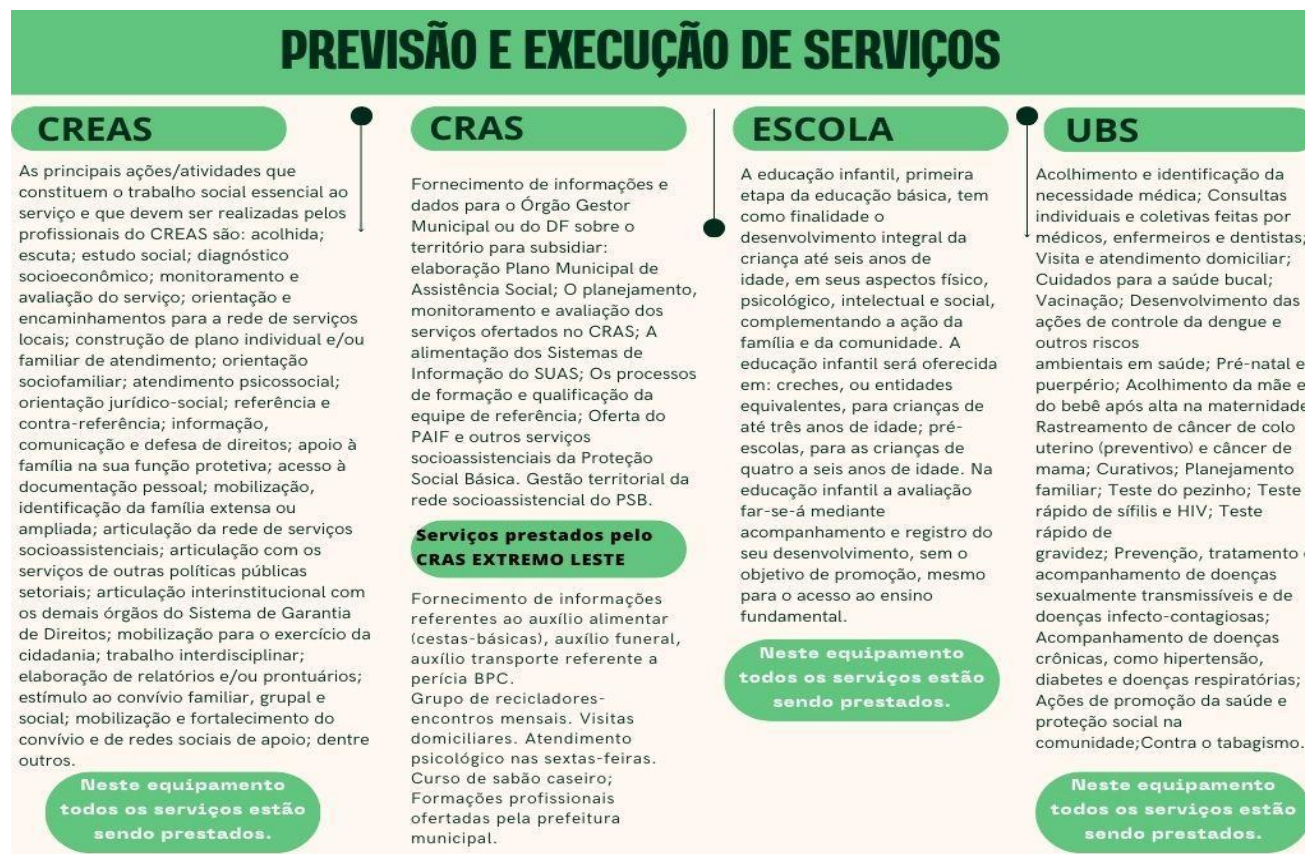
Durante visita ao CAPsi (Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil), o responsável pelo equipamento informou que, em 2023, foram realizados mais de 11.000 atendimentos a crianças e adolescentes por uma equipe reduzida de sete profissionais, composta por psiquiatra, psicólogo, assistente social, psicopedagoga, enfermeira e terapeuta ocupacional. O equipamento não possui portal de registro próprio, encaminhando seus registros à Secretaria de Saúde para formalização, o que, muitas vezes, acaba por dificultar ainda mais os serviços e agilidade do equipamento. Os atendimentos ocorrem por meio de avaliação multiprofissional, com abordagens individuais e em grupo. Na data da visita, 247 crianças estavam em acompanhamento devido a questões de saúde mental, comportamento, vida diária e áreas cognitivas, entretanto, o responsável não soube precisar quantas destas crianças em atendimento residiam no zoneamento extremo-leste da cidade. “Precisamos considerar a infância na sua diversidade. É difícil falar e refletir sobre a infância como se fosse um grupo homogêneo”. (Respostas: A; Questão:36). “Estamos muito longe de ofertar o que é de fato imprescindível para as nossas crianças”. (Respostas: D; Questão:36), estes são os relatos dos trabalhadores que responderam ao questionário.

O CAPsi (Brasil, 2018), tem a função de atender crianças e adolescentes que apresentam intenso sofrimento psíquico decorrente de transtornos mentais graves e persistentes, incluindo aqueles relacionados ao uso de álcool e outras drogas, bem como outras condições que dificultam a construção de laços sociais e projetos de vida.

Na Secretaria de Educação, devido aos ajustes internos que estão ocorrendo no quadro de pessoal, não foi viabilizado um atendimento presencial. Entretanto, através de pesquisas realizadas através do site da prefeitura, e em contato com a direção de uma das escolas deste zoneamento foi possível observar que os serviços previstos estão sendo prestados. Nesse contexto, após compreender e conhecer as demandas específicas de cada setor, verificou-se a necessidade de investigar se os

serviços obrigatórios estabelecidos por lei estão sendo oferecidos. Esses serviços serão listados na tabela a seguir:

Figura 9 – Previsão e execução de serviços.



Fonte: Elaboração própria (2024).

A análise dos serviços previstos e prestados revela que, enquanto as áreas de educação infantil e saúde apresentam uma execução alinhada ao planejamento, a assistência social enfrenta desafios na oferta de seus serviços. Na educação infantil, observa-se a implementação efetiva das diretrizes estabelecidas, assegurando o desenvolvimento integral das crianças conforme a legislação vigente. Da mesma forma, a área da saúde tem conseguido atender às demandas, oferecendo desde cuidados básicos até ações preventivas e de acompanhamento de doenças crônicas. No entanto, a assistência social, por meio do CRAS, não conseguiu cumprir integralmente os serviços previstos, o que indica a necessidade de aprimoramento na gestão, maior capacitação da equipe e fortalecimento da rede de proteção social básica, conforme nos responde este trabalhador da rede: “Precisamos sempre de melhorias de recursos humanos e pedagógicos, pois estamos em constante evolução e o público atendido também” (Resposta: G; Questão:21).

Essa discrepância entre o planejado e o realizado na assistência social aponta para a importância de estratégias que garantam a efetiva implementação das políticas públicas, de modo a atender de forma mais eficaz às necessidades da população.

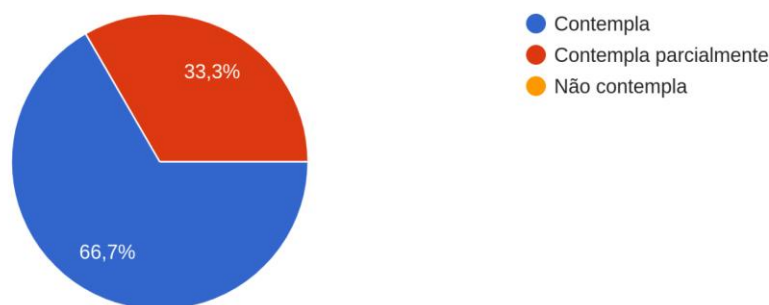
A atenção integral à infância exige uma abordagem intersetorial que conecte assistência social, saúde e educação infantil, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Este estudo mapeou os serviços oferecidos a crianças de 4 a 6 anos no município de Alegrete/RS, analisando a atuação das instituições responsáveis por sua proteção e cuidado. Foram incluídas na pesquisa 35 escolas, sendo 14 de educação infantil, 20 Unidades Básicas de Saúde (UBS), 5 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), além das unidades de assistência social, como CRAS e CREAS. A amostra, de caráter intencional e não probabilístico, contemplou instituições da zona extremo leste da cidade que aceitaram participar do estudo.

A análise dos dados revelou que, enquanto a educação infantil e a saúde seguem diretrizes estabelecidas, a assistência social enfrenta dificuldades em cumprir integralmente suas funções. O CRAS da região extremo leste realiza atendimentos pontuais, principalmente relacionados à concessão de benefícios, sem oferecer serviços específicos para essa faixa etária, evidenciando uma lacuna na proteção social. Além disso, a demanda por cestas básicas supera a oferta, demonstrando a vulnerabilidade da população atendida, como nos mostra a figura a seguir:

Figura 10 - Demandas de proteção e pobreza.

29. Existem crianças em situação de risco e vulnerabilidade em virtude da pobreza:

12 respostas



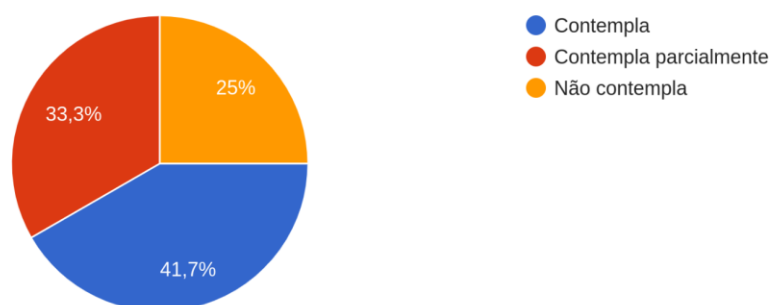
Fonte: Elaboração própria (2025).

O CREAS registrou um número significativo de atendimentos em 2023, com destaque para casos de violência familiar, abuso e negligência infantil, o que reforça a necessidade de ações preventivas e fortalecimento dos vínculos familiares. A Secretaria de Educação, por sua vez, ainda não avançou na implementação de estratégias intersetoriais devido a reorganizações internas.

A falta de integração entre os setores compromete a formulação de políticas eficazes, apesar da proximidade física entre escolas e unidades de assistência social. Embora existam encaminhamentos, a percepção geral dos trabalhadores é que o retorno desses atendimentos é ineficiente, dificultando a continuidade e efetividade dos serviços de proteção à infância. Além disso, desafios como escassez de recursos humanos e materiais, infraestrutura inadequada e ausência de capacitação contínua dos profissionais foram amplamente mencionados, como será mostrado:

Figura 11 - Previsão de serviços.

14. Os serviços atendem o previsto em cada política - Assistência Social, Saúde e Educação Infantil:
12 respostas



Fonte: Elaboração própria (2025).

Os resultados também indicam percepções variadas sobre o trabalho em rede. Foram reconhecidos avanços, como parcerias entre escolas de educação infantil e reuniões periódicas promovidas pelo Ministério Público. No entanto, persistem críticas sobre a comunicação e integração entre os setores, evidenciando a necessidade urgente de maior articulação. As respostas demonstram que as demandas das crianças de 4 a 6 anos são apenas parcialmente atendidas, impactadas por fatores como pobreza, violência doméstica, desemprego e negligência familiar.

Há um consenso entre os respondentes sobre a importância de um diagnóstico territorial mais preciso e de políticas públicas que considerem a diversidade das infâncias, vamos acompanhar algumas respostas dos trabalhadores:

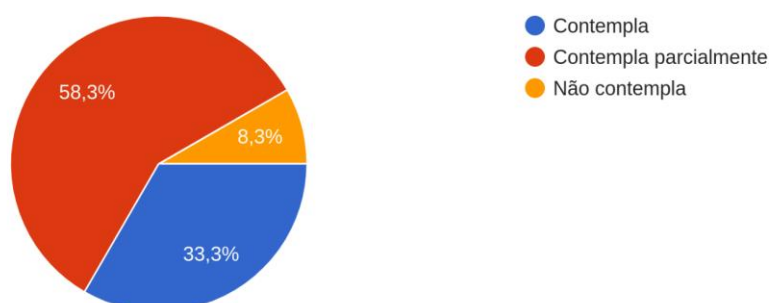
Acredito que contempla em partes que tenha que ser mais fortalecido este vínculo entre estes setores para que se possa fazer um trabalho mais efetivo de proteção social. (Resposta: E; Questão:35).
Necessita um diagnóstico do território e melhorar o trabalho intersetorial. (Resposta: A; Questão:35).
Avalio que falta qualificar os profissionais e os equipamentos que recebem crianças para atendimento. (Resposta: B; Questão:35).

Para aprimorar a rede de atendimento, sugere-se o fortalecimento da comunicação entre escola, saúde e assistência social, bem como a participação ativa de equipes diretivas, como orientadores educacionais. A ampliação da oferta de serviços, a qualificação profissional e a melhoria da infraestrutura também se mostram fundamentais para garantir a proteção integral das crianças como veremos na próxima figura:

Figura 12 - Infraestrutura.

15. As estruturas dos espaços de atendimento são adequadas:

12 respostas



Fonte: Elaboração própria (2025).

A pesquisa reforça a necessidade de investimentos estruturais e organizacionais para fortalecer o trabalho intersetorial e assegurar os direitos e o desenvolvimento pleno das crianças no município de Alegrete.

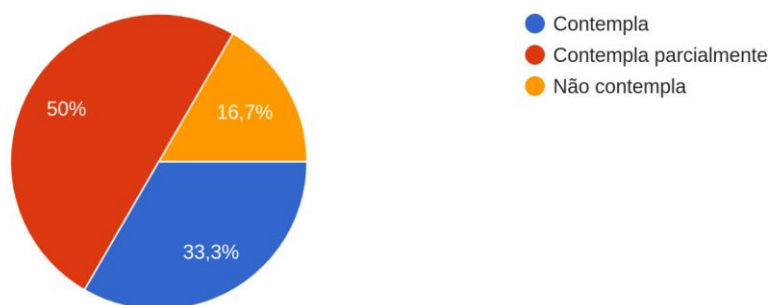
3.3 Intersetorialidade na proteção da infância em Alegrete: desafios e condições para uma atuação integrada

A atenção à infância exige uma abordagem intersetorial que integre as políticas de assistência social, saúde e educação infantil, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. No município de Alegrete/RS, o presente estudo buscou averiguar a existência e a efetividade dessa articulação entre os setores no atendimento a crianças de 4 a 6 anos, com foco na região extremo leste da cidade.

Com base nas respostas obtidas por meio do formulário aplicado aos trabalhadores da rede, percebe-se que a compreensão sobre essa articulação varia entre os próprios participantes, como será demonstrado a seguir:

Figura 13: Intersetorialidade.

7. Articulação entre trabalhadores dos serviços da Assistência Social, Saúde e Educação Infantil:
12 respostas



Fonte: elaboração própria (2025).

A intersetorialidade é um fator determinante para garantir uma resposta mais eficiente às demandas infantis, promovendo não apenas o acesso a serviços essenciais, mas também a criação de estratégias conjuntas para a proteção e o desenvolvimento integral das crianças. A proteção social não tem se constituído em tarefa simples. Historicamente, as políticas públicas organizadas setorialmente, demonstraram-se insuficientes em relação à atenção aos indivíduos e grupos socialmente vulneráveis. O fazer das políticas setoriais tem se mostrado também fragmentado, amiúde com sobreposição de ações e, conseqüentemente, parcial na implementação de suas propostas de cobertura (Guará, 2010).

O mapeamento realizado identificou que, enquanto os setores de educação e saúde mantêm serviços alinhados às diretrizes estabelecidas, a assistência social enfrenta desafios para cumprir integralmente suas funções. O CRAS da região extremo leste tem atuação restrita, concentrando-se em atendimentos pontuais, sobretudo na concessão de benefícios básicos. Entretanto, não há oferta de serviços específicos voltados para crianças dessa faixa etária, o que evidencia uma lacuna na rede de proteção social - com potencial para ampliação de suas ações. Além disso, a alta demanda por cestas básicas em comparação à oferta disponível ressalta a vulnerabilidade socioeconômica das famílias atendidas.

A melhoria da estrutura física para o aprimoramento dos serviços no SUAS é uma indicação das orientações para gestores e projetistas municipais,

Os planos municipais precisam incorporar esses temas e eixos sobre vários enfoques. O primeiro deles, na perspectiva da descentralização, está na

conformação do território ou dos territórios municipais. A correta definição de territórios e o mapeamento das suas vulnerabilidades sociais, a eleição de prioridades regionalizadas, a disponibilização de informações e cadastros acessíveis e manipuláveis, a quantificação das famílias a serem referenciadas em cada território, o desenho das respectivas redes socioassistenciais e a identificação de requisitos para seu aprimoramento, o levantamento dos serviços ofertados pela rede e daqueles que precisam ser complementados são os primeiros passos dessa ação (Castro, 2009, p. 21).

Destaca-se a relevância do planejamento para qualificar a política de assistência social nos municípios, alinhando-se aos princípios do SUAS, especialmente à descentralização e à gestão local. Ressaltando a importância de delimitar corretamente os territórios, mapear vulnerabilidades, identificar famílias e organizar a rede socioassistencial. A proposta envolve um planejamento estratégico que favoreça o uso eficiente dos recursos, a definição de prioridades e a integração de informações acessíveis, fundamentais para uma gestão mais eficaz e contextualizada.

A situação do CREAS também revela fragilidades na rede de proteção. O número expressivo de atendimentos registrados em 2023 inclui casos de violência familiar, abuso e negligência infantil, o que reforça a necessidade de ações preventivas e do fortalecimento dos vínculos familiares. No entanto, a ausência de estratégias integradas entre os setores dificulta a implementação de medidas eficazes para a redução dessas ocorrências. Já a Secretaria de Educação enfrentou desafios internos relacionados à reorganização administrativa, o que impediu avanços na construção de ações articuladas com as demais áreas.

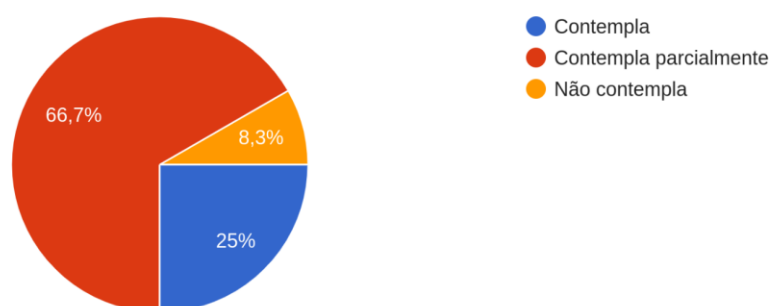
A pesquisa evidenciou que, apesar da proximidade física entre os serviços de assistência social e as escolas municipais, a falta de integração entre os setores limita o planejamento de políticas eficazes para a infância.

Quando se perde a capacidade de ver a criança na sua totalidade, passa-se a acreditar que não há necessidade nem é importante relacionar o item que se está atendendo com os outros itens. A especialização cada vez mais aprofundada em temas sempre mais restritos, quando descontextualizados do conjunto complexo que constitui o ser humano, pode acarretar riscos para sua integridade psíquica. O que mais interessa e deve presidir qualquer política pública na área dos direitos da criança é sua formação integral, como pessoa e cidadã (RNPI, 2015, p.15).

A inexistência de dados detalhados sobre as demandas específicas da região dificulta a formulação de estratégias baseadas na realidade local, tornando o atendimento fragmentado e pouco eficiente, como ilustrado na figura 14:

Figura 14 - Demandas de proteção.

24. As demandas de proteção à infância são plenamente atendidas pelas políticas no que elas se propõem:
12 respostas



Fonte: elaboração própria (2025).

A intersetorialidade, quando bem estruturada, possibilita a criação de redes de apoio que fortalecem o desenvolvimento infantil e garantem a proteção integral das crianças, mas, para isso, é necessário investimento contínuo, capacitação profissional e ampliação da oferta de serviços.

Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de fortalecer a articulação entre os setores envolvidos na proteção à infância. O aprimoramento da intersetorialidade requer não apenas a ampliação dos serviços da assistência social, mas também o desenvolvimento de mecanismos que favoreçam a comunicação e a cooperação entre assistência, saúde e educação.

Apenas com uma abordagem territorializada e integrada será possível atender de forma efetiva às necessidades das crianças, garantindo que seus direitos sejam assegurados e que o desenvolvimento infantil ocorra em um ambiente de proteção e cuidado.

Denominamos de redes setoriais públicas aquelas que prestam serviços de natureza específica e especializada, resultantes das obrigações e dos deveres do Estado para com seus cidadãos. Muitos de seus serviços fundamentais, especialmente para a população de mais baixa renda, já estão

consolidados e são permanentes, mas podem funcionar também como pontos de resistência a mudanças que exigem a desacomodação das posições e poderes instituídos. Assim, qualquer ação interinstitucional tende a caminhar de modo mais lento, pois fica à mercê da burocracia e sem conexão real entre programas e serviços (Doimo, 1990, p. 26).

Além da ampliação da oferta de serviços, é fundamental estabelecer espaços permanentes de formação e diálogo entre os profissionais das diferentes áreas. A realização de oficinas intersetoriais, rodas de conversa e momentos de escuta qualificada podem contribuir para a construção de uma linguagem comum e para o reconhecimento das especificidades e complementaridades de cada setor. Essa aproximação favorece o encaminhamento mais eficiente das demandas e fortalece o trabalho em rede, com foco no bem-estar das crianças e de suas famílias. Como apontado em respostas de alguns trabalhadores da rede:

Precisamos avançar em relação a rede de atendimento à infância em nosso município. (Resposta: B; Questão: 36).

Estamos muito longe de ofertar o que é de fato imprescindível para as nossas crianças. (Resposta: A; Questão: 36).

Dentro de todas as áreas situadas há profissionais disponíveis e centros de atendimento apropriados. O que preocupa as vezes é a demora do atendimento. (Resposta: I; Questão: 36).

Precisamos melhorar a comunicação da escola, saúde e assistência social. (Resposta: K; Questão: 36).

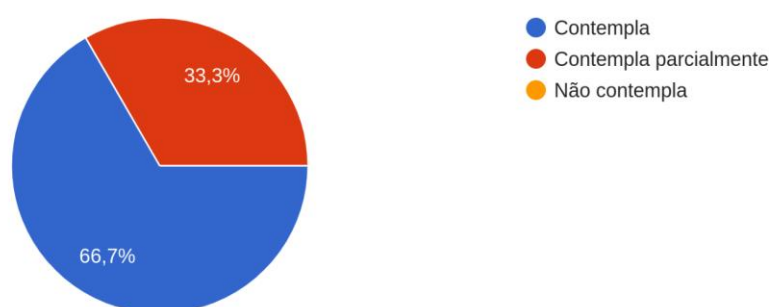
Outro ponto relevante é a criação de mecanismos de monitoramento e avaliação das ações intersetoriais. Para Secchi (2010), a avaliação é a fase do ciclo de políticas públicas em que o processo de implementação e desempenho da política pública são examinados com o intuito de conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema que a gerou. É o momento chave para a produção de *feedback* sobre as fases antecedentes.

A ausência de indicadores específicos sobre a efetividade dessa articulação compromete a identificação de avanços e fragilidades na rede de proteção. A sistematização de dados, aliada a um planejamento participativo, pode subsidiar políticas públicas mais coerentes com a realidade local. Dessa forma, a intersectorialidade deixa de ser apenas um princípio normativo para se tornar uma prática efetiva no enfrentamento das múltiplas vulnerabilidades que afetam a infância em Alegrete-RS.

Como se é possível perceber através dos resultados coletados através dos trabalhadores da rede pública municipal de Alegrete-RS, existe de forma expressiva demandas relacionadas à vulnerabilidade e a pobreza em todos os setores:

Figura 15: Demandas de proteção e vulnerabilidade.

29. Existem crianças em situação de risco e vulnerabilidade em virtude da pobreza:
12 respostas



Fonte: elaboração própria (2025).

Em síntese, como já mencionado na figura 10 e agora na figura 15, a proteção integral da infância em contextos de vulnerabilidade, como o observado, depende diretamente da efetivação de uma atuação intersetorial que vá além da coexistência de serviços. É preciso romper com práticas isoladas e avançar para uma lógica de corresponsabilidade entre os setores, em que o cuidado com a infância seja compreendido como um compromisso coletivo. Somente assim será possível construir uma rede de proteção sólida, capaz de garantir às crianças o direito de crescer com dignidade, segurança e oportunidades reais de desenvolvimento.

3.2.1 Indicadores qualitativos sobre a proteção social à infância no município de Alegrete-RS

Em consonância com o objetivo específico de construir indicadores sobre a proteção social à infância no município de Alegrete-RS, especialmente no território extremo-leste da cidade, são apresentados alguns indicadores qualitativos. Não foi possível neste estudo consolidar indicadores quantitativos¹ sobre o contexto de

¹ Indicadores quantitativos são trabalhados com ênfase no tratamento estatístico (Prates, 2010).

vulnerabilidades no território estudado. Para isso seria importante um extrato real das demandas atendidas pelas unidades de atendimento das políticas públicas, em termos de números e situações atendidas. Entende-se que pelo menos duas situações contribuem para esta insuficiência na pesquisa: i) instrumental de coleta não direcionado a revelar dados quantitativos; e, ii) inexistência de diagnósticos precisos nos serviços visitados. Contudo, através das respostas do questionário foi possível elencar alguns indicadores qualitativos.

Destaca-se a importância dos indicadores qualitativos no contexto das políticas públicas, pois estes indicadores têm a função de captar dimensões subjetivas e interpretativas dos processos sociais, fornecendo informações valiosas sobre experiências, percepções e significados atribuídos pelos atores envolvidos. Em estudos de natureza avaliativa, indicadores qualitativos complementam os indicadores quantitativos ao oferecer uma compreensão mais aprofundada dos resultados e impactos das políticas públicas.

Indicadores qualitativos são fundamentados em dados não numéricos, extraídos de fontes diversas como entrevistas, observações, análises documentais etc. São mais complexos, pois são construídos de forma articulada a categorias de análise conceituais e analisados a partir de técnicas como a análise de conteúdo (Prates, 2010).

Os indicadores apresentados aqui foram construídos com base no conjunto de informações do questionário aplicado. Possibilitam uma análise das complexidades presentes na realidade e contribuem para a elaboração de estratégias de intervenção das políticas investigadas.

- **Indicador 1.** Situações de vulnerabilidade e risco no território pesquisado;

As respostas que contribuem para a elaboração deste indicador evidenciam, ainda que de forma simplificada, uma realidade marcada por vulnerabilidades sociais, em que as crianças vivem em contextos precários e desprovidos de proteção efetiva. A falta de qualificação dos profissionais e das instituições que acolhem essas crianças compromete a eficácia do atendimento, enquanto o desconhecimento das realidades locais e a ausência de escuta qualificada impedem avanços concretos.

Quanto ao entendimento sobre as negligências, 91.6%, das respostas da questão 29 avaliam que as crianças inseridas neste território vivenciam situações de risco e negligências.

Ainda, em resposta à questão 29, que busca saber se existem crianças em situação de risco e vulnerabilidade em virtude da pobreza, as respostas contabilizam que 33.3% percebem que 'contempla parcialmente', enquanto, 66.7% acreditam que 'contempla'. Nenhuma resposta 'não contempla' foi marcada, o que sinaliza para 100% das respostas inclinadas à percepção da relação vulnerabilidade e pobreza no território.

- **Indicador 2** - Existência de uma rede de serviços;

O mapeamento evidenciou a existência dos equipamentos e serviços das políticas estudadas no território. No entanto, as respostas evidenciam a necessidade de avanços significativos na articulação e integração entre os setores envolvidos. A afirmação de que "precisamos avançar em relação à rede de atendimento à infância em nosso município" (Resposta: B; Questão:36) Evidencia a percepção de que a rede atual ainda está em fase de desenvolvimento e apresenta limitações em sua conectividade.

- **Indicador 3** - Fragilidade da intersetorialidade;

Em resposta ao questionário aplicado, na pergunta 1 (Comunicação entre as políticas de Assistência Social, Saúde e Educação Infantil) os respondentes acreditam que 50% contempla parcialmente; 33.3% contempla e 16.7% acreditam que não contempla.

O resultado dos respondentes sobre o trabalho em rede entre a Assistência Social, Saúde e Educação Infantil no município revela que alguns acreditam estar havendo importantes iniciativas, mas que ainda carecem de aprimoramento. Apesar de alguns esforços para promover ações conjuntas e de haver políticas ativas em andamento, a articulação entre os serviços é muitas vezes falha e marcada por falta de comunicação e entrosamento. Como apontado por profissionais da área da educação, há pouco envolvimento percebido dessas políticas com o cotidiano escolar, o que pode indicar desconhecimento ou falta de integração efetiva. A retomada das reuniões em rede, realizadas semanalmente, e os encontros periódicos convocados pelo Ministério Público representam um avanço, mas que ainda não ocorrem de forma contínua, assim como a parceria com a coordenação das EMEIs, que tem possibilitado uma circulação mais ágil e clara de informações. Ainda assim, é necessário fortalecer a comunicação entre os setores e esclarecer os papéis de cada serviço para garantir um atendimento mais coeso e eficiente à população.

- **Indicador 4 - Necessidade de fortalecimento da rede;**

De acordo com os respondentes sobre a importância do fortalecimento da rede, na questão 8 (Encaminhamentos na rede), os resultados foram 66.7% 'contemplados parcialmente', enquanto 33.3% 'contempla'. Entretanto, na questão 9 (Retorno quando há encaminhamento), sobre o retorno dos encaminhamentos realizados os resultados diferem da questão anterior. Do total de respostas, 50% acreditam que 'contempla parcialmente', 33.3% 'contempla', 16.7% 'não contempla', isso revela que os atendimentos em alguns casos são ofertados, mas a demora, ou não existência no retorno, ou ainda o não atendimento da demanda, comprometem a eficiência do serviço prestado, o que fragiliza o trabalho coletivo.

Outras respostas contribuem para a elaboração deste indicador como o destaque que menciona - "Precisamos de políticas públicas mais voltadas para as crianças que contemplem um acompanhamento mais completo". (Resposta: k; Questão: 35). E ainda, a resposta que sinaliza à necessidade de fortalecimento do trabalho coletivo em rede - "Acredito que contempla em partes que tenha que ser mais fortalecido este vínculo entre estes setores para que se possa fazer um trabalho mais efetivo de proteção social." (Resposta: E; Questão: 35).

- **Indicador 5 - Relevância da pesquisa;**

A pesquisa "Proteção Integral à Infância: Intersetorialidade, um Desafio às Políticas Públicas" evidencia a urgência de repensar e fortalecer o compromisso coletivo com a infância, reconhecendo-a em sua diversidade e complexidade. As respostas apontam para desafios estruturais e operacionais, como a fragilidade na comunicação entre setores essenciais escola, saúde e assistência social, a demora nos atendimentos e a percepção de que ainda se está longe de oferecer o que é de fato imprescindível às crianças. Além disso, a baixa adesão à pesquisa também revela uma fragilidade da rede, seja por falhas na comunicação ou pela falta de reconhecimento sobre a importância que os resultados podem ter no campo prático das políticas públicas. Apesar disso, há sinais de mobilização, como a presença de profissionais e centros de atendimento em algumas áreas e o desejo por uma rede de apoio mais ativa e eficiente. Nesse contexto, a intersetorialidade se impõe não apenas como diretriz, mas como condição indispensável para que a proteção integral à

infância se concretize de forma efetiva e territorialmente sensível. Frente aos desafios postos estudos acadêmicos, pesquisas de diagnóstico, pesquisas avaliativas são instrumentos importantes para compreensão da realidade e planejamento de ações.

4 CONCLUSÃO

A análise realizada ao longo deste estudo buscou compreender a seguinte problemática: Em que medida as políticas da assistência social, saúde e educação infantil têm se articulado para proteção integral da infância no município de Alegrete?

De acordo com os levantamentos e estudos realizados se evidenciou que, apesar dos avanços na formulação de políticas públicas voltadas à infância, ainda existem desafios significativos na efetivação dessas ações no município de Alegrete/RS. A intersetorialidade, fundamental para garantir um atendimento integral e eficiente às crianças de 4 a 6 anos, mostra-se fragilizada, especialmente na articulação entre assistência social, saúde e educação infantil. Embora os setores de educação e saúde pareçam contar com diretrizes e serviços relativamente estruturados, a assistência social enfrenta dificuldades na implementação de programas específicos para essa faixa etária, refletindo diretamente na precarização da rede de proteção social.

O mapeamento das instituições revelou a existência de um conjunto significativo de equipamentos públicos distribuídos na zona extremo leste da cidade, uma das áreas de maior vulnerabilidade socioeconômica. No entanto, a simples presença dessas estruturas não garante a efetividade das políticas, uma vez que as limitações observadas – como a carência de recursos materiais e humanos, a falta de integração entre setores e a ausência de um acompanhamento sistemático das demandas – comprometem a qualidade e a continuidade dos serviços prestados. O CRAS extremo leste, por exemplo, não oferece atendimentos específicos para crianças nessa faixa etária, apesar de sua localização estratégica próxima a equipamentos públicos como escolas, unidades de saúde e centros de assistência social.

A comunicação entre esses setores é falha, prejudicando a continuidade e a resolutividade dos atendimentos. Além disso, a alta demanda por benefícios eventuais, como auxílio alimentar, supera a oferta disponível, evidenciando um cenário de insegurança alimentar que impacta diretamente o desenvolvimento infantil.

A pesquisa de campo, por meio da aplicação de questionários, também revelou uma percepção heterogênea entre os trabalhadores das áreas envolvidas. Além disso, a baixa adesão dos profissionais ao questionário aplicado reflete um desafio estrutural na mobilização e sensibilização dos trabalhadores sobre a importância da

intersectorialidade e do trabalho em rede. A dificuldade em obter respostas sugere sobrecarga profissional, falta de incentivo institucional para a participação em pesquisas e limitações na comunicação entre os setores envolvidos. Embora haja reconhecimento da importância do trabalho em rede, os dados indicam que a comunicação entre os setores é limitada, dificultando a execução de encaminhamentos e a devolutiva sobre os atendimentos realizados. A falta de informações detalhadas sobre a realidade territorial e sobre o público atendido contribui para um planejamento fragmentado, que pouco considera as especificidades locais e as reais necessidades da população infantil.

Outro ponto crítico levantado pela investigação diz respeito à incidência de casos de violência e negligência infantil. Os dados do CREAS apontam um número expressivo de atendimentos relacionados a essas violações, o que reforça a necessidade de medidas preventivas e de fortalecimento dos vínculos familiares. A insuficiência de estratégias intersectoriais eficazes limita a capacidade de intervenção dos serviços públicos, tornando o atendimento às vítimas mais reativo do que preventivo.

Diante desse cenário torna-se evidente a necessidade de investimentos na qualificação das equipes, na ampliação da oferta de serviços voltados à infância e no fortalecimento da articulação entre assistência social, saúde e educação. Estratégias como a criação de espaços permanentes de diálogo intersectorial, a implementação de sistemas mais eficientes de monitoramento das demandas e o fortalecimento da atuação preventiva podem contribuir para um atendimento mais integrado e eficaz. Além disso, é essencial que o planejamento das políticas públicas considere a realidade territorial, garantindo que as ações implementadas sejam condizentes com as demandas locais e que os serviços cheguem, de fato, às crianças que mais necessitam.

Por fim, garantir a proteção integral da infância exige não apenas a existência de políticas públicas, mas a sua aplicação efetiva e contínua. O município de Alegrete possui desafios estruturais que precisam ser superados para que as crianças de 4 a 6 anos tenham acesso a um atendimento digno e qualificado. Para isso, é fundamental que o território seja compreendido não apenas como um espaço físico, mas como um ambiente social dinâmico, cujas especificidades precisam ser levadas em conta na formulação e execução das políticas públicas voltadas à infância.

Pensando em contribuir efetivamente na mudança desta realidade no zoneamento extremo-leste na cidade de Alegrete-RS durante este estudo foi construído um produto técnico que irá viabilizar encontros presenciais da rede pública municipal, incluindo servidores das áreas da assistência social, saúde e educação infantil, a fim de oportunizar um espaço de debate, resolução de demandas, intersectorialidade e formação continuada para todos aqueles que estão envolvidos neste árduo e desafiador processo que é a proteção integral à infância.

REFERÊNCIAS

AVANTE. **Intersectorialidade como caminho, pelos direitos das crianças.** Disponível em <<https://avante.org.br/publicacoes/#nossa-rede>>, Acessado em 10 de novembro de 2022.

AYRES, JR DE; CUIDADO, C. M. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011.** Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas no âmbito do Sistema Único de Saúde. **Diário Oficial da União. Brasília**, p. 59, 2011.

BACHRACH, P. e BARATZ, M. S. **“Two Faces of Power”**, American Science Review 56: 947-952. 1962.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 07/11/2022.

BRASIL. **Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em 05/11/2022.

BRASIL. **Lei N.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm>. Acesso em 07/05/2023.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em 05/11/2022.

BRASIL. **Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016.** Institui o Programa Criança Feliz. Diário Oficial da União, Brasília, 2016b.

BRASIL, Federativa; BRASÍLIA, D. F. Ministério da Saúde. **Secretaria de Vigilância em Saúde**, 2018.

BRASIL, Federativa; BRASÍLIA, D. F. Ministério da Cidadania e Desenvolvimento, **Disque 100 registra mais de 17,5 mil violações sexuais contra crianças e adolescentes nos quatro primeiros meses de 2023.** <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/maio/disque-100-registra-mais-de-17-5-mil-violacoes-sexuais-contra-criancas-e-adolescentes-nos-quatro-primeiros-meses-de-2023#:~:text=Em%20todo%20o%20ano%2C%20os,registradas%20nos%20quatro%20primeiros%20meses>>. Publicado em 17/05/2023.

BRONZO, C. Intersectorialidade, autonomia e território em programas municipais de enfrentamento da pobreza: experiências de Belo Horizonte e São Paulo. **Planejamento e políticas públicas**, n. 35, 2010.

CUSTÓDIO, A. V.; DA SILVA, C. R. C. A intersectorialidade nas políticas sociais públicas. **Apresentação de Trabalho no I Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea. Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, UNISC.** Recuperado em <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/view/14264>, 2015.

CRUZ, S. H. V.; MARTINS, C. A. de ANDRADE CRUZ, R. C. **A educação infantil e demandas postas pela pandemia:** intersectorialidade, identidade e retorno às atividades presenciais. *Zero-a-seis*, v. 23, p. 147-174, 2021.

DE MOURA, S. K. K. JOAZEIRO, E. M. G. **Primeira infância, proteção social e intersectorialidade das políticas sociais.**

DE BARROS, R. P. et al. Determinantes do desenvolvimento na primeira infância no Brasil. **Texto para discussão**, 2010. DYE, T. D. **Understanding Public Policy.** Englewood Cliffs, N.J.: PrenticeHall. 1984

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

HAESBAERT, R. (2004). **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade.** *Porto Alegre*, 16.

KOGA, D. H. U. **Medidas de Cidades: entre Territórios de Vida e Territórios Vivos.** São Paulo, Cortez, 2003.

JANNUZZI, P. de M. Avaliação de programas sociais: conceitos e referenciais de quem a realiza. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 25, n. 58, p. 22–42, 2014. DOI: 10.18222/eae255820142916. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/2916>. Acesso em: 25 jan. 2025.

JUNQUEIRA, L. A. P. A gestão intersectorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Revista Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 1, p. 25-36, jan./abr. 2004.
LASWELL, H.D. **Politics: Who Gets What, When, How.** Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.

LINDBLOM, C.; SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. **Políticas públicas.** Brasília: ENAP, 2006.

LYNN, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis.** Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980

LOTTA, G. **Burocracia e implementação de políticas públicas:** desafios e potencialidades para redução de desigualdades / Gabriela Lotta – Brasília: Enap, 2021.

MAIA, C. D. dos S. **A desnutrição na aprendizagem: fatores e consequências.** 2019. 20 f. Trabalho de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

MEAD, L. M. “**Public Policy: Vision, Potential, Limits**”, *Policy Currents*, Fevereiro: 1-4. 1995.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME.(2014).**Tipificação nacional de serviços socioassistenciais**. Brasília: MDS; p. 16.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS/ 2004. Resolução 145/2004. Brasília: CNAS, 2004.

PRATES, Jane Cruz. **As pesquisas avaliativas de enfoque misto e a construção de indicadores para a avaliação de políticas e programas sociais**. Artigo publicado nos Anais do ENPESS, Rio de Janeiro:ABEPSS, 2010.

ROSEMBERG, F. **Políticas de Educação Infantil e avaliação**. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.43, n.148, 2013, p.44-75.

ROSSONI, E; LAMPERT, J. **Formação de profissionais para o Sistema Único de Saúde e as diretrizes curriculares**. **Boletim da Saúde**, v. 18, n. 1, p. 87-98, 2004.

RICHARDSON, R. **Pesquisa Social**. Capítulo 6. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. Cengage Learning, 2014.

SECCHI, L.; COELHO, F. de S.; PIRES, V. **Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos**. 3o ed. São Paulo: Cengage Learning, 2019.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. Cortez editora, 2017.

SILVA, A. S. **Educação e assistência: Direitos de uma mesma criança. Pro-Posições**, v. 10, n. 1, p. 40-53, 1999.

SOUZA, C. **Redemocratização e descentralização no Brasil: a força dos estados-membros**. **Desenvolvimento e mudança**, v. 27, n. 3, p. 529-555, 1996.

SOUZA, C. **“Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa”**, Caderno CRH 39: 11-24. 2003.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. Cortez editora, 2022.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos**. Bookman editora, 2015.

APÊNDICE A

Modelo de roteiro para levantamento nos serviços visitados

Identificação da instituição

Política pública:

Equipamento:

Serviços:

Benefícios:

Responsável pelas informações:

APÊNDICE B

Modelo de questionário de avaliação de serviços (aplicado pelo *google forms*)

Questionário Intersetorialidade e proteção: desafio às políticas públicas

Identificação da política e atendimentos:

Assinale a seguir a política em que atua:

- ☐ Assistência Social
- ☐ Educação
- ☐ Saúde

Avalie aspectos relacionados à intersectorialidade e marque de que maneira são contemplados.

Comunicação entre as políticas de Assistência Social, Saúde e Educação Infantil:

- ☐ contempla ☐ contempla parcialmente ☐ não contempla

Comunicação entre as políticas de Assistência Social e Saúde:

- ☐ contempla ☐ contempla parcialmente ☐ não contempla

Comunicação entre as políticas de Assistência Social e Educação Infantil:

- ☐ contempla ☐ contempla parcialmente ☐ não contempla

Comunicação entre as políticas de Saúde e Educação Infantil:

- ☐ contempla ☐ contempla parcialmente ☐ não contempla

Existe um trabalho em rede:

- ☐ contempla ☐ contempla parcialmente ☐ não contempla

Articulação entre trabalhadores dos serviços da Assistência Social, Saúde e Educação Infantil:

- ☐ contempla ☐ contempla parcialmente ☐ não contempla

Encaminhamento na rede:

- ☐ contempla ☐ contempla parcialmente ☐ não contempla

Retorno quando há encaminhamento:

- ☐ contempla ☐ contempla parcialmente ☐ não contempla

Disponibilidade para trabalho coletivo entre as políticas de Assistência Social, Saúde e Educação Infantil:

- ☐ contempla ☐ contempla parcialmente ☐ não contempla

Há compreensão da relevância do trabalho em rede:

- ☐ contempla ☐ contempla parcialmente ☐ não contempla

Avalie aspectos relacionados aos serviços ofertados e marque de que maneira são contemplados.

Existem serviços destinados à proteção de crianças de 4 à 6 anos

☐ contempla ☐ contempla parcialmente ☐ não contempla

Os serviços atendam o previsto em cada política - Assistência Social, Saúde e Educação Infantil:

☐ contempla ☐ contempla parcialmente ☐ não contempla

As estruturas dos espaços de atendimento são adequadas:

☐ contempla ☐ contempla parcialmente ☐ não contempla

As estruturas dos espaços de atendimento estão em boas condições:

☐ contempla ☐ contempla parcialmente ☐ não contempla

Existem condições de trabalho adequadas:

☐ contempla ☐ contempla parcialmente ☐ não contempla

As estruturas dos espaços de atendimento são suficientes:

☐ contempla ☐ contempla parcialmente ☐ não contempla

As equipes de referência são completas:

☐ contempla ☐ contempla parcialmente ☐ não contempla

As equipes de referência são qualificadas:

☐ contempla ☐ contempla parcialmente ☐ não contempla

Avalie aspectos relacionados às demandas de proteção e marque de que maneira são contemplados.

Há acompanhamento dos casos após encaminhamento na rede:

☐ contempla ☐ contempla parcialmente ☐ não contempla

Existem demandas para Assistência Social, Saúde e Educação Infantil com relação às crianças de 4 à 6 anos de idade:

☐ contempla ☐ contempla parcialmente ☐ não contempla

As demandas de proteção à infância são plenamente atendidas pelas políticas no que elas se propõem:

☐ contempla ☐ contempla parcialmente ☐ não contempla

Existem crianças de 4 à 6 anos que vivenciam situações de risco:

☐ contempla ☐ contempla parcialmente ☐ não contempla

Existem crianças em situação de risco e vulnerabilidade em virtude de violações de direitos:

☐ contempla ☐ contempla parcialmente ☐ não contempla

Existem crianças em situação de risco e vulnerabilidade em virtude de violência intrafamiliar:

☐ contempla ☐ contempla parcialmente ☐ não contempla

Existem crianças em situação de risco e vulnerabilidade em virtude de desemprego:

☐ contempla ☐ contempla parcialmente ☐ não contempla

Existem crianças em situação de risco e vulnerabilidade em virtude da pobreza:

☐ contempla ☐ contempla parcialmente ☐ não contempla

Existem crianças em situação de risco e vulnerabilidade em decorrência de viver em territórios de tráfico e violência urbana:

☐ contempla ☐ contempla parcialmente ☐ não contempla

As crianças adoecem em virtude de falta de cuidados:

☐ contempla ☐ contempla parcialmente ☐ não contempla

As crianças faltam aula frequentemente em decorrência da distância de casa para escola:

☐ contempla ☐ contempla parcialmente ☐ não contempla

As crianças vivenciam negligência familiar:

☐ contempla ☐ contempla parcialmente ☐ não contempla

As crianças vivenciam negligência, mas a família também é negligenciada por viver em condições precárias:

☐ contempla ☐ contempla parcialmente ☐ não contempla

APÊNDICE C

Modelo de termo de consentimento livre e esclarecido

Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)

Título do projeto: **Intersectorialidade e proteção: desafio às políticas públicas.**

Pesquisadora responsável: Danise Tatiane Reck Arnoud.

Orientadora responsável: Solange Emilene Berwig.

Instituição: Universidade Federal do Pampa – Unipampa, Campus São Borja/RS.

Prezado/a Senhor/a:

Você está sendo convidado/a para participar, como voluntário/a na pesquisa – Intersectorialidade e proteção: desafio às políticas públicas.

Neste estudo, exploramos como a intersectorialidade pode ser aplicada no contexto específico do município de Alegrete, no estado Rio Grande do Sul. Entre as áreas da saúde, assistência social e educação infantil, a fim de viabilizar a proteção integral à infância, para o público deste estudo, crianças de 4 a 6 anos de idade.

A coleta de dados será feita através de entrevista semiestruturada com perguntas abertas e fechadas direcionadas a compreender as potencialidades e fraquezas dos serviços prestados na rede municipal de Alegrete/RS.

Tais registros ficarão sob responsabilidade dos pesquisadores responsáveis por um período de cinco anos e serão utilizados apenas para fins científicos vinculados ao presente projeto de pesquisa, após serem deletados e/ou incinerados. O pesquisador garante que as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins desta. Seu nome e material que indique sua participação não serão divulgados e você não será identificado/ou em qualquer publicação que possa resultar deste estudo. Não há qualquer tipo de despesa ou compensação financeira durante ou após o desenvolvimento da pesquisa, para você ou seus descendentes.

No que diz respeito aos benefícios, os resultados dessa pesquisa poderão subsidiar ações de qualificação do processo de formação do Mestrado em Políticas Públicas. Quanto aos riscos, os riscos são de baixo teor ofensivo, e o/às pesquisado/a pode desistir a qualquer tempo. Por meio deste documento e a qualquer tempo você

poderá solicitar esclarecimentos adicionais sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar. Também poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sem sofrer algum tipo de penalidade ou prejuízo.

Caso hajam dúvidas você poderá pedir esclarecimentos nos endereços abaixo:

Pesquisadora: Danise Tatiane Reck Arnoud. E-mail: danisearnoud.aluno@unipampa.edu.br.

Telefone: (55) 996188320.

Orientadora: Solange Emilene Berwig. E-mail: solangeberwig@unipampa.edu.br. Telefone: (55) 991096615.

Após ser esclarecido/a sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra será arquivada pelo pesquisador responsável.

Nome	do	Participante	da	Pesquisa:
------	----	--------------	----	-----------

APÊNDICE D
Produto Técnico

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO PROFISSIONAL

DANISE TATIANE RECK ARNOUD

MATRIZ PEDAGÓGICA DA OFICINA: INTERSETORIALIDADE PARA A
PROTEÇÃO DA INFÂNCIA EM ALEGRETE

São Borja - RS
2025

MATRIZ PEDAGÓGICA DA OFICINA: INTERSETORIALIDADE PARA A PROTEÇÃO DA INFÂNCIA EM ALEGRETE

1. Identificação da Oficina

- **Título:** Intersetorialidade entre Saúde, Assistência Social e Educação Infantil na Proteção da Infância.
- **Público-alvo:** Profissionais das áreas de saúde, assistência social e educação infantil.
- **Local:** Unipampa/Campus Alegrete-RS;
- **Duração:** 8 horas (divididas em dois turnos);
- **Certificação:** Será fornecido certificado de participação;

2. Objetivo Geral

Promover o fortalecimento da articulação intersetorial entre os serviços de saúde, assistência social e educação infantil, visando a construção de estratégias integradas para a proteção e o desenvolvimento das crianças de 4 a 6 anos em situação de vulnerabilidade no município de Alegrete.

3. Objetivos Específicos

- Compreender o conceito de intersetorialidade e sua importância para a proteção da infância.
- Identificar desafios e potencialidades no trabalho conjunto entre os setores.
- Propor estratégias e fluxos de atendimento compartilhados para aprimorar a atuação intersetorial.
- Construir um plano de ação intersetorial com diretrizes para a articulação efetiva entre os serviços.

4. Metodologia

A oficina será desenvolvida de forma participativa, com exposição dialogada, dinâmicas de grupo, estudo de casos e construção coletiva de propostas.

Atividade	Objetivo	Metodologia	Tempo
Manhã			
Abertura e apresentação da oficina	Contextualizar a importância da intersectorialidade na proteção da infância.	Roda de apresentação e exposição dialogada.	30 min
Painel: A Intersectorialidade na Proteção da Infância	Apresentar o conceito e experiências exitosas de atuação integrada.	Exposição com especialistas e espaço para perguntas.	2 horas
Dinâmica: Desafios e Potencialidades da Intersectorialidade	Identificar barreiras e oportunidades para o trabalho conjunto.	Dinâmica em grupos e socialização dos resultados.	1 hora
Tarde			
Estudo de caso: Atendimento Integrado a Crianças em Situação de Vulnerabilidade	Refletir sobre casos reais e propor soluções intersectoriais identificando desafios e potencialidades	Discussão em grupo a partir de um caso concreto	1h30min
Construção do Plano de Ação Intersectorial	Definir estratégias e fluxos de atendimento compartilhados	Trabalho coletivo para elaborar diretrizes intersectoriais	2 horas
Plenária final e encaminhamentos	Sistematizar os aprendizados e definir	Apresentação dos planos e debate	1 hora

	próximos passos	final	
--	-----------------	-------	--

5. Resultados Esperados

- Sensibilização dos participantes sobre a importância da intersetorialidade na proteção da infância.
- Identificação dos principais desafios e oportunidades no trabalho intersetorial.
- Construção de diretrizes para atuação integrada entre saúde, assistência social e educação infantil.
- Criação de um plano de ação intersetorial a ser implementado pelos participantes em seus respectivos serviços.

6. Avaliação da Oficina

Será aplicado um questionário ao final do evento para avaliar a percepção dos participantes sobre os conteúdos abordados, a metodologia utilizada e a aplicabilidade das discussões na prática profissional.

7. Certificação

Os participantes que concluírem a oficina receberão certificado emitido pela instituição organizadora.

8. Equipe Organizadora

- Coordenação:
- Facilitadores:
- Apoio técnico:

9. Recursos Necessários

- Espaço adequado para atividades em grupo;
- Projetor multimídia e computador;
- Materiais impressos e recursos audiovisuais;

- Coffee break para os participantes;

10. Considerações Finais

A oficina será um espaço de troca e aprendizado, incentivando a colaboração entre setores e fortalecendo a rede de proteção à infância em Alegrete. A partir das discussões e do plano de ação construído coletivamente, espera-se que haja avanços concretos na articulação intersetorial, garantindo uma resposta mais eficaz às demandas das crianças e suas famílias.

APÊNDICE E

ROTEIRO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO

Metodologia da Pesquisa

Para a coleta de dados, foi realizada uma pesquisa de campo com o objetivo de obter informações detalhadas sobre o problema investigado. As técnicas utilizadas incluíram:

- 1. Visita às instituições e observação direta – permitindo um entendimento mais aprofundado da realidade local.
- 2. Mapeamento da rede de serviços no município de Alegrete, a fim de identificar os principais equipamentos voltados à assistência social, saúde e educação infantil.
- 3. Aplicação de questionários via Google Forms – com o propósito de coletar dados sobre a realidade das crianças atendidas e os serviços disponíveis (Lakatos, 2003).

A análise dos dados foi conduzida com base na técnica de análise de conteúdo, conforme proposto por Moraes (1999). Essa abordagem possibilita tanto a descrição quanto a interpretação de textos e documentos, promovendo uma nova compreensão dos mesmos, seja de forma qualitativa ou quantitativa. O processo seguiu as seguintes etapas:

- Preparação das informações, selecionando amostras coerentes com os objetivos da pesquisa.
- Unitarização, que envolveu uma leitura minuciosa para segmentação dos dados em unidades de análise.
- Categorização, na qual os dados foram agrupados com base em aspectos comuns, independentemente de categorias pré-definidas.
- Interpretação dos resultados, buscando compreender os significados implícitos nos dados coletados.

A partir dos questionários online, espera-se elaborar um diagnóstico para identificar lacunas nos serviços de assistência social, saúde e educação infantil, com vistas ao fortalecimento das políticas públicas intersetoriais e à promoção da proteção integral da infância.

Abrangência da Pesquisa

O estudo abrange as áreas de assistência social, saúde e educação infantil no município de Alegrete-RS, com foco nas instituições diretamente envolvidas na proteção e no cuidado das crianças.

O universo da pesquisa contemplou:

35 instituições escolares, sendo 14 de educação infantil.

20 Unidades Básicas de Saúde (UBS).

5 instituições de saúde mental, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

Unidades de assistência social, incluindo CRAS, CREAS, albergues, asilos e centros de atendimento específicos.

A amostra, de caráter intencional e não probabilístico, foi composta por instituições que atendem crianças de 4 a 6 anos e atuam na zona extremo leste de Alegrete. Além disso, o estudo seguiu os princípios éticos estabelecidos pela Resolução no 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, garantindo a integridade dos dados e a proteção dos sujeitos envolvidos.

Os resultados esperados incluem:

- Diagnóstico das lacunas nos serviços oferecidos pelas áreas de assistência social, saúde e educação infantil.
- Oficina de educação permanente sobre intersetorialidade e políticas públicas.
- Integração das redes de proteção para que os setores envolvidos possam refletir sobre demandas e potencialidades, assegurando a proteção da infância.
- Essa proposta será implementada pelo projeto de extensão "FronteiraSUAS: Educação Permanente em Extensão", vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) e coordenado pela Professora Solange Emilene Berwig, orientadora deste estudo.

Diagnóstico dos Equipamentos de Assistência Social

- Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

Após a coleta de dados, foi realizada uma aproximação inicial com o CRAS Extremo Leste, localizado no bairro Saint Pasteurs. Identificou-se que os atendimentos são prestados de forma pontual, principalmente para esclarecimento de dúvidas sobre benefícios eventuais previstos na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, 1993), como auxílio funeral, auxílio alimentar e auxílio transporte.

Durante o levantamento, aproximadamente 150 famílias estavam cadastradas no serviço do CRAS. Dentre as demandas atendidas, o auxílio alimentar é o mais requisitado, com uma média de 78 cestas básicas distribuídas por mês, número insuficiente para atender à demanda da comunidade.

No entanto, o CRAS não dispõe de dados precisos sobre o número de crianças de 4 a 6 anos atendidas pelo serviço e informou que não há programas específicos para essa faixa etária (CRAS, 2024). Essa lacuna contrasta com a Tipificação dos Serviços da Política de Assistência Social, que prevê atendimento para crianças de 0 a 6 anos por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

- Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)

No CREAS, os registros de atendimento são feitos digitalmente por meio do Prontuário Eletrônico do Ministério da Cidadania. De acordo com os dados coletados, no período de janeiro a dezembro de 2023, foram contabilizados:

2.061 atendimentos realizados. 583 novas famílias ingressaram no Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). 102 crianças de 0 a 12 anos foram atendidas, sendo 37 meninos e 65 meninas, evidenciando uma desigualdade de gênero nos atendimentos (CREAS, 2024).

O CREAS oferece serviços como:

- Proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos (PAEFI).
- Abordagem social e assistência a grupos vulneráveis (pessoas com deficiência, idosos e suas famílias).
- Medidas socioeducativas, incluindo acompanhamento de adolescentes em liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade.

O público atendido pelo CREAS inclui famílias e indivíduos em situação de violência (física, psicológica e sexual), negligência, situação de rua, abandono, trabalho infantil, discriminação e outras violações de direitos (Brasil, 2018).

➤ Indicadores de Violação de Direitos na Infância

A análise dos dados revelou violências registradas contra crianças de 0 a 6 anos, destacando a urgência de medidas protetivas:

Tipo de Violação	Total de Casos	Meninos	Meninas
Violência física/psicológica	108	9	16
Abuso sexual	41	0	6
Exploração sexual	4	0	1
Negligência/abandono	26	6	5

Os dados evidenciam a vulnerabilidade das crianças, especialmente das meninas, e reforçam a necessidade de ações intersetoriais eficazes para garantir a proteção integral da infância.